

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Centro de Letras e Comunicação**  
**Curso de Bacharelado em Letras – Redação e Revisão de Textos**



**Trabalho de Conclusão de Curso**

**A importância da experiência com revisão de textos ao profissional  
revisor**

**Bianca Tavares Klasen**

Pelotas, 2018

**Bianca Tavares Klasen**

**A importância da experiência com revisão de textos ao profissional  
revisor**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Centro de Letras e  
Comunicação da Universidade Federal de  
Pelotas, como requisito parcial à obtenção  
do título de Bacharel em Letras - Redação  
e Revisão de Textos.

Orientadora: Profa. Dra. Taís Bopp da Silva

Pelotas, 2018

Bianca Tavares Klasen

A importância da experiência com revisão de textos ao profissional revisor

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Letras – Redação e Revisão de Textos, Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 13 de dezembro de 2018

Banca examinadora:

.....  
Prof.ª Dra. Taís Bopp da Silva (orientadora)

Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....  
Prof. Dr. Bernardo Kolling Limberger

Doutor em Linguística e Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

.....  
Prof.ª Dra. Cleide Inês Wittke

Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Dedico este trabalho à minha mãe, por sempre me incentivar a estudar e a trilhar meu próprio caminho.

## **Agradecimentos**

Agradeço à minha mãe, por ter me encaminhado e me apoiado em todas as minhas decisões.

Aos meus tios e à minha dinda, pelo convívio diário e por contribuírem de muitas formas com a minha formação profissional e pessoal.

Ao Flucki, que sempre esteve perto de mim durante as incontáveis horas de estudo.

Ao meu noivo, Erick, por ter acreditado no meu potencial e ter sido tão paciente e amoroso em momentos difíceis. Obrigada por encarar esse ano junto comigo.

Aos meus sogros, por tudo o que fizeram por mim enquanto eu me dedicava ao desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço à Doutor Multas, empresa que me acolheu como colaboradora e me deu a oportunidade de exercer a minha profissão.

Por fim, agradeço à professora Dra. Taís Bopp da Silva, pela orientação firme e dedicada e, principalmente, pela paciência.

## Resumo

KLASEN, Bianca Tavares. **A importância da experiência profissional ao revisor de textos**. Monografia. 59f. (Bacharelado em Letras – Redação e Revisão de Textos) – Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

O presente trabalho busca investigar como a experiência profissional se reflete na prática de revisão de textos, ressaltando a importância do trabalho do profissional revisor. Para tanto, enfoca-se nos pressupostos da Linguística Textual de Koch (2010), sendo essa a base teórica da análise realizada, considerando também os preceitos da Psicologia Cognitiva de Kintsch e Van Dijk (1978); da Revisão de Textos de d'Almeida (2017) e da *Expertise* de Ericsson e Pool (2017). Este estudo surgiu a partir da constatação, nos meios acadêmico e profissional, de que a revisão de textos é vista como um trabalho simples de ser realizado. Para a coleta de dados, selecionamos um grupo de revisores com formação em Letras e um sem formação específica, cada um deles composto por três participantes voluntários. Solicitamos a revisão de um texto e o preenchimento de um questionário com perguntas direcionadas à atividade de revisar. A partir dos dados obtidos, analisamos as respostas fornecidas e as revisões efetuadas pelos componentes dos dois grupos. Constatamos que a revisão realizada pelo grupo de profissionais com formação na área de Letras foi mais satisfatória do que a revisão do grupo de profissionais sem conhecimento técnico em revisão. Com isso, esperamos que este trabalho demonstre a relevância da revisão de textos e estimule o interesse dos revisores na busca pela expansão de suas habilidades profissionais.

**Palavras-chave:** revisão de textos; experiência profissional; *expertise*.

## Resumen

KLASEN, Bianca Tavares. **La importancia de la experiencia profesional al revisor de textos**. Monografía. 59f. (Bachillerato en Letras – Redacción y Revisión de Textos) – Centro de Letras e Comunicación, Universidad Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

El presente trabajo pretende investigar cómo la experiencia profesional refleja en la práctica de revisión de textos resaltando la importancia del trabajo del profesional revisor. Para ello enfoca en los supuestos de la Lingüística Textual de Koch (2010), siendo esa la base teórica del análisis realizado, considerando también los preceptos de la Psicología Cognitiva de Kintsch y Van Dijk (1978); de la Revisión de Textos de d'Almeida (2017) y de la *Expertise* de Ericsson y Pool (2017). Este estudio surgió a partir de la constatación, en el ambiente académico y profesional, de que la revisión de texto es vista como un trabajo sencillo. Para recoger los datos, seleccionamos un grupo de revisores con formación en Letras y uno sin formación específica, cada uno compuesto por tres participantes voluntarios. Solicitamos la revisión de un texto y la cumplimentación de un cuestionario con preguntas direccionadas a la actividad de revisar. A partir de los datos recogidos, analizamos las respuestas dadas y las revisiones hechas por los componentes de los dos grupos. Constatamos que la revisión realizada por el grupo de profesionales con formación en el área de Letras fue más satisfactoria que la revisión del grupo de profesionales sin conocimiento técnico en revisión. Así, esperamos que este trabajo demuestre la relevancia de la revisión de textos y estimule el interés de los revisores en la busca por la expansión de sus habilidades profesionales.

**Palabras-clave:** revisión de textos; experiencia profesional; *expertise*.

## Sumário

1 Introdução.....	9
2 Fundamentação teórica .....	12
2.1 Linguística Textual e o conceito de texto.....	12
2.2 Importância da revisão como parte da produção de um texto.....	16
2.3 Perspectiva psicológica: a leitura subjacente à compreensão textual e os efeitos sobre a revisão de textos .....	19
2.4 <i>Expertise</i> : o papel da experiência na prática profissional .....	22
3 Método .....	29
4 Análise e discussão dos dados.....	32
4.1 Formação e experiência dos informantes .....	32
4.2 Análise das revisões efetuadas pelos dois grupos.....	34
4.3 Respostas ao questionário: prática de revisão pelos dois grupos.....	43
4.4 Conclusão: reflexões acerca dos dados obtidos .....	46
5 Considerações finais .....	51
Referências .....	54
Anexos .....	56



## 1 Introdução

Dois fatores parecem favorecer a ideia de que a revisão efetuada por profissionais revisores de textos e por não profissionais apresentem diferenças, em favor da maior eficácia do trabalho realizado pelo primeiro grupo: a experiência em revisar e o conhecimento técnico adquirido com essa prática.

A experiência é um aspecto que, indubitavelmente, exerce influência em qualquer atividade profissional desempenhada. Porém, quando a função é revisar textos, pouco parece importar para aqueles que contratam esse serviço, se o profissional revisor tem contato frequente, ou, ao menos, familiaridade com essa prática. Sabemos que muitas pessoas, mesmo sem lidar com a linguagem, se dispõem a efetuar revisões em textos dos mais variados gêneros textuais e temáticas, ainda que essa não seja sua ocupação principal. Sabemos, ainda, que essa realidade é reforçada por aqueles que submetem materiais à revisão de pessoas sem conhecimentos específicos sobre a língua portuguesa, ou que apenas dominam a ortografia do português.

Dominar a ortografia é, sim, essencial para quem revisa textos. Um texto com problemas no registro das palavras é um texto com rupturas, uma leitura que não flui, tendo em vista que, para um leitor atento, os problemas ortográficos saltam aos olhos. Nesse sentido, é tarefa do revisor higienizar o texto. No entanto, para efetuar uma revisão completa, o revisor de textos não pode se limitar a corrigi-los ortograficamente; ele deve também estar atento a diversos outros aspectos, tais como analisar a estrutura completa do texto, atentando para a organização das ideias, as adequações vocabulares, os gêneros textuais, os mecanismos de coesão e fatores de coerência textuais. Nessas condições, o revisor deve olhar para o sentido completo do texto, mesmo quando tem de fazer apenas uma correção gramatical. Além disso, é importante lembrar que o revisor precisa dominar as normas de formatação de documentos técnicos, como orienta a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O trabalho de um revisor vai muito além do que a ideia que a maioria das pessoas tem sobre ele. Podemos atribuir essa noção equivocada ao

passado, em que a função de revisar textos se restringiu, durante muito tempo, à correção de desvios ortográficos e gramaticais. Essa realidade ainda aponta para a crença, nos espaços de escrita, de que a revisão é uma etapa acessória no processo de produção de um texto. Esse entendimento reforça a ideia de que revisar textos é um processo simples, que pode ser realizado pelo seu próprio autor, ou por um profissional que não tem como ocupação principal o exercício de revisar, não sendo preciso ter formação na área de revisão.

Nesse quadro, o profissional revisor de textos enfrenta, constantemente, a batalha de não ter seu ofício reconhecido nem valorizado. Prova disso é que a função de revisar textos, quando não associada a uma empresa (ou editora), nem mesmo é regulamentada. Esse cenário não contribui para destacar a importância do trabalho do revisor e, menos ainda, a importância da experiência na profissão. Acreditamos que a constante desvalorização sentida pelo profissional revisor seja reflexo do desconhecimento que a sociedade tem acerca da atividade de revisar. Por diversas vezes, o modo como o profissional revisor dribla as dificuldades nesse sentido é cobrando menos por seu serviço. Como consequência, alimenta-se a desvalorização, uma vez que o preço justo, para quem contrata um serviço de revisão, tende a ser o mais baixo.

Considerando que a revisão textual efetuada por um profissional experiente se assenta em pilares como conhecimento técnico e tomada de decisão, refletida nas escolhas textuais, faz-se necessário discutir a importância dos saberes fundamentais ao ofício de revisor.

Apostando na relevância da formação profissional para a prática de revisão textual, este estudo pretende reforçar incentivos para que essa atividade seja cada vez mais implementada como parte do processo de produção de um texto bem construído. Uma pesquisa que busca tratar da experiência profissional de uma categoria ainda pouco reconhecida, embora antiga no mercado de trabalho, revela-se pertinente à medida que promove os profissionais da área, destacando as especificidades de sua função.

Desse modo, este estudo tem como objetivo investigar como a experiência profissional se reflete na prática de revisar textos. Como consequência, pretendemos demonstrar a importância de que sejam amplos os conhecimentos de um sujeito que se dispõe a efetuar uma revisão.

Feita a introdução, no capítulo a seguir, apresentamos a fundamentação teórica utilizada nesta investigação. No terceiro capítulo, definimos os procedimentos metodológicos adotados para a coleta dos dados que constituem o corpus desta pesquisa. No quarto capítulo, apresentamos os dados coletados e as reflexões acerca da análise realizada. No último capítulo, concluímos esta pesquisa expondo nossas considerações finais.

## 2 Fundamentação teórica

Para o desenvolvimento desta pesquisa, nos ancoramos principalmente na Linguística Textual, a qual dá base à análise e discussão dos dados obtidos. Durante o processo de revisão bibliográfica, identificamos que a *Expertise* e a Psicologia Cognitiva também são duas importantes áreas, cujas teorias e estudos experimentais e empíricos se mostram capazes de contribuir para fundamentar a ideia de que a experiência na atividade de revisar faz diferença na atuação desse profissional.

### 2.1 Linguística Textual e o conceito de texto

A revisão textual consiste em uma atividade subsequente à elaboração de textos dos mais variados gêneros. Nesse sentido, o texto é objeto de trabalho do revisor - notadamente, o texto escrito – que também é o centro dos estudos da Linguística Textual (LT).

Essa teoria foi criada, de acordo com Koch (2010), na Alemanha, na década de 1960, e, à época, visava à descrição de fenômenos sintático-semânticos, apenas. Durante esse período, as análises dos enunciados ocorriam somente no nível da frase, primeira fase da teoria, denominada análise transfrástica.

Na década seguinte, a LT deu mostras de expansão, apesar de os estudiosos da área ainda estarem ligados ao estruturalismo ou ao gerativismo. Até então, como apontam Rocha e Silva (2017), os estudos da ciência do texto se pautavam na análise de frases, e não na análise linguística, isto é, as análises sobre o texto se limitavam às suas sequências e estruturas sintáticas. Os seguidores da LT analisavam um texto somente no nível frasal, palavra por palavra ou frase por frase.

No limiar da década de 1980, começaram a surgir as Teorias do Texto. A LT, então, passou a se interessar por outras vertentes e a dialogar com as ciências cognitivas. Essa expansão transformou o olhar sobre o texto. Assim, nas palavras de Rocha e Silva (2017, p.28): “vê-se, pois, que a visão da LT se concentra no estudo da entidade linguística concreta e dotada de sentido”. Isto é:

A Linguística Textual toma, pois como objeto particular de investigação não mais a palavra ou a frase isolada, mas o texto, considerado a unidade básica de manifestação da linguagem, visto

que o homem se comunica por meio de textos e que existem diversos fenômenos linguísticos que só podem ser explicados no interior do texto. O texto é muito mais que a simples soma das frases (e palavras) que o compõem: a diferença entre frase e texto não é meramente de ordem quantitativa; é sim, de ordem qualitativa. (KOCH, 2004, p.10)

Por essa ótica, o texto é concebido como uma unidade superior à frase, pois é por meio dele que a linguagem se manifesta. Esse conceito de texto – desenvolvido pela Linguística Textual –, como sendo uma unidade, reflete no processo de revisão de um texto, uma vez que, a partir dessa perspectiva, a atividade de revisar não deve consistir mais apenas em verificar a ortografia e a pontuação de um texto, mas sim o seu sentido completo, mantendo a sua linearidade. O texto, na concepção de d’Almeida (2017, p.44 apud FÁVERO E KOCH, 2002):

consiste em qualquer passagem, falada ou escrita, que forma um todo significativo, independente de sua extensão. Trata-se, pois, de uma unidade de sentido, de um contínuo comunicativo contextual que se caracteriza por um conjunto de relações responsáveis pela tessitura do texto – os critérios ou padrões de textualidade.

A noção de texto para Fávero (2009) também se dá a partir dos elementos de textualidade. No conceito da autora (2009, p.7), “o discurso é manifestado, lingüísticamente, por meio de textos (*em sentido estrito*)”.

A produção de um texto envolve aspectos linguísticos complexos, entre os quais se destacam os fatores de textualidade: coesão, coerência, aceitabilidade, situacionalidade, intencionalidade, informatividade e intertextualidade. De acordo com Koch (2010), são esses elementos que fazem com que um texto seja um texto, uma vez que é a partir deles que se atinge a progressão textual. Para Lemos (2017, p.38, apud COSTA VAL, 2006), essa progressão “consiste em um conjunto de fatores responsáveis por constituir o texto, fazendo com que ele não seja somente um aglomerado de frases”. Marcuschi (2005, p.27) aponta que a progressão de um texto depende da coesão, quando menciona que “a rigor, pode-se dizer que o segredo da coesão textual está precisamente na habilidade demonstrada em fazer essa ‘costura’ ou tessitura das sequências tipológicas como uma armação de base, ou seja, uma malha infraestrutural do texto”.

Para escrever um texto não basta ter conhecimentos do código escrito. É preciso fazer um planejamento das ideias que serão expostas, organizá-las

mentalmente, para, então, passar a redigi-lo, empregando os fatores de textualidade de modo a atingir a forma pretendida.

Todos os fatores mencionados têm fundamental importância no entendimento da textualidade e do campo da revisão de textos. Nesta pesquisa, contudo, salientamos os aspectos de coesão e de coerência textuais.

## **2.2 Elementos de coesão e fatores de coerência de um texto**

Como vimos, os elementos de coesão e os fatores de coerência são essenciais para a construção textual, pois é a partir do modo como as palavras, as frases e os parágrafos são articulados que se atinge a unidade semântica, o sentido global do texto.

Qualquer pessoa, ao comunicar-se, seja verbalmente ou por escrito, o fará conectando umas palavras às outras, pois a comunicação verbal, por meio de texto oral e/ou escrito, não se dá por meio de vocábulos isolados, sem ligação uns com os outros ou descontextualizados. Assim, para que uma frase possa ser considerada frase, ela deve obedecer a uma ordem sintática, conforme o sistema da língua.

Para compreender um texto, por sua vez, o leitor necessita identificar como se relacionam suas várias partes, e essa compreensão é dada, em grande parte, pelo encadeamento das ideias/proposições apresentadas no texto.

Conforme Kintsch e Van Dijk (1978), o texto só é compreendido a partir da integração de suas sentenças e proposições, isto é, da organização das ideias que permitem ao leitor construir uma representação global do texto, ou seja, a ideia central que é expressa por meio de microproposições. Esses autores (1978) propuseram um modelo de compreensão do discurso e do texto escrito com base em dois níveis de representação: o microestrutural e o macroestrutural.

A macroestrutura é constituída pelas ideias principais que fornecem progressão temática e sentido global ao texto. Já a microestrutura é ligada à relação entre as unidades menores do texto, também denominadas de proposições, as quais se manifestam na superfície textual. Ou seja, a coesão se revela no nível microestrutural, e a coerência, no nível macroestrutural.

Segundo Fávero (2009, p.6), “todo falante de uma língua tem a capacidade de distinguir um texto coerente de um aglomerado incoerente de enunciados e esta competência é linguística”. A autora afirma que o falante sabe, intuitivamente, distinguir o que é um texto do que não é, no entanto, não sabe definir da mesma forma os aspectos que tornam o texto, de fato, um texto.

Um texto bem produzido se articula com base em dois mecanismos fundamentais: os elementos de coesão e os mecanismos de coerência. Koch (2010, p.13) afirma que “o conceito de coesão textual diz respeito a todos os processos de seqüencialização que asseguram (ou tornam recuperável) uma ligação lingüística significativa entre os elementos que ocorrem na superfície textual”. A coesão textual é responsável pelo encadeamento global do texto, por meio de mecanismos gramaticais e lexicais. Os elementos de coesão, quando relacionados entre si, conferem organização à estrutura textual, aspecto importante à textualidade.

Um texto coeso apresenta uma estrutura lógico-semântica em que se estabelece uma relação sequencial e harmônica das frases e dos parágrafos que o compõem. Isso significa dizer que os elementos devem fazer referências uns aos outros no texto, de modo que haja ligação entre os termos e os parágrafos, a fim de que o todo tenha um sentido.

É possível, contudo, que um texto coeso demonstre falhas no nível da coerência. Para Koch (2010, p.13), a coerência é o elemento “responsável pela continuidade dos sentidos no texto, não se apresenta, pois, como mero traço dos textos, mas como o resultado de uma complexa rede de fatores de ordem lingüística, cognitiva e interacional”.

Assim como uma combinação aleatória de palavras não constitui uma frase, um conjunto de frases nem sempre constitui um texto, pois, segundo Lemos (2017, p.36), “escrever um texto não significa somente encadear palavras que venham a criar um sentido”. Escrever um texto consiste em organizá-lo de forma compreensível a fim de comunicar.

Nesse contexto, evidenciam-se as noções acerca de uma revisão que contemple o sentido global do texto, analisando como as palavras e as frases encadeiam-se entre si e, principalmente, se esse encadeamento conduz o leitor a compreender o texto como um todo. No entender de Lemos (2017, p.42), “as

competências textuais estão relacionadas a questões de coerência e coesão, ao que está explícito e ao que está implícito, as muitas maneiras de se construir um texto”. Também Orlandi (2014, p.20) acredita que:

As dúvidas que dizem respeito a aspectos de coerência do texto são mais frequentes do que aquelas que remetem a problemas ortográficos e de superfície textual – embora, equivocadamente, esses últimos sejam mais frequentemente relacionados à revisão textual do que os primeiros.

Essa definição reforça a importância da revisão textual, pois para que a intenção do autor seja compreendida pelo leitor, é necessário que todas as partes do texto mantenham uma sequência coerente. E, conforme afirma Koch (2010, p.13), “a continuidade se dá ao nível do sentido e não ao nível das relações entre os constituintes lingüísticos” (apud MARCUSCHI, 1986).

Nessa perspectiva, o revisor é um aliado da compreensão, pois atua com o intuito de verificar se o texto abrange os aspectos necessários ao seu encadeamento e de tornar claro, assim, seu sentido global.

### **2.3 Importância da revisão como parte da produção de um texto**

A revisão de textos é ainda uma prática desconhecida pelas pessoas, embora, atualmente, existam muitos profissionais atuando nessa área e, inclusive, cursos de graduação e de pós-graduação voltados à formação de revisor. Esse é um sinal de que, mesmo sem ter conquistado definitivamente seu espaço no mercado de trabalho, o revisor exerce uma atividade que tem sido cada vez mais demandada socialmente. No entanto, a falta de re(conhecimento) é um dos fatores que contribuem para que a etapa de revisão do texto seja ignorada por quem o escreve, ou seja realizada por uma pessoa sem conhecimentos específicos na área.

A revisão textual é parte essencial no processo de construção de um texto escrito. É a etapa propícia à finalização da criação do texto, e se caracteriza, genericamente, pela busca de inadequações nos padrões da língua, segundo a norma culta, e/ou nos elementos constituintes da estrutura do texto – destacadamente, elementos de coesão e de coerência –, a fim de reorganizá-lo ou adequá-lo às exigências relativas à sua finalidade: comunicar com clareza e ter textualidade.



O revisor é quem tem o primeiro acesso ao texto antes de sua veiculação, ou seja, antes que ele chegue aos leitores. Oliveira (2010) define a revisão como uma etapa posterior à produção escrita, cujo objetivo é detectar os deslizos quanto aos padrões da norma culta. A autora destaca, ainda, que, além de detectar os problemas de um texto, o revisor também deve solucioná-los. Lemos (2017, p.33) destaca que, “após a revisão, o texto precisa apresentar clareza e concisão, permitindo a compreensão por parte do leitor”.

Atualmente, o exercício de revisão textual consiste em analisar elementos que ultrapassam o aspecto linguístico-gramatical. É sabido que, além de identificar erros de ortografia ou de sintaxe, o revisor deve estar atento à identificação do sentido do texto como um todo, observando se esse se estabelece ou não na construção textual.

Assim, esse profissional se dedica à busca de problemas de escrita que poderiam prejudicar a compreensão do leitor e, por consequência, à melhoria das construções textuais, de modo a facilitar a mensagem que se pretende comunicar.

Passos e Santos (s/d, p.13) defendem que os revisores devem atuar como consumidores de textos, analisando se aquilo que o autor quis dizer, de fato, está sendo expresso no texto, ou se o leitor precisará de esclarecimentos para efetivar a compreensão. Seguindo essa linha de reflexão, d’Almeida (2017, p.69) aponta que:

O papel do revisor, portanto, pode ser visto como o de um especialista, que possui uma *certa autonomia* diante do seu objeto de trabalho, que é o texto. Só que todo texto tem um contexto e para este faz um determinado sentido. Assim, observa-se que o contexto de produção, ou criação, de um texto é um, o de revisão é outro e o do leitor é ainda um terceiro.

Nesse sentido, Oliveira (2016) defende que o revisor deve usar sua posição exotópica para enxergar as lacunas deixadas pelo(s) autor(es) e ajudá-los a darem acabamento ao texto, assumindo, assim, o papel de colaborador do autor.

Nesse contexto, o revisor avalia o texto, adotando, além de uma postura crítica, o ponto de vista de um leitor externo, distanciado da visão de quem o produziu. Esse é um dos maiores motivos pelos quais é importante submeter um texto à revisão. “De uma forma geral, o trabalho de revisão é importante porque não consegue um escritor tornar seu texto sempre legível na primeira

escrita” (RITONDALE, 2012, p.18). Durante o curso da escrita de um texto, seu autor tende a focar mais nas ideias que tem em mente. Coelho Neto (2013) diz que é difícil para o autor enxergar os problemas da sua própria construção, devido ao contato com o texto e a familiaridade com as ideias nele expostas. Lemos (2017) também salienta que o olhar do próprio autor sobre a sua produção não é suficiente para a verificação de incoerências, devido à quantidade de questões envolvidas na produção de um texto.

Sabemos ser mais fácil que os erros sejam percebidos por alguém que não esteja envolvido com a produção. Além disso, justamente por conta desse afastamento, e também do conhecimento técnico, o revisor tem mais condições de enxergar as falhas que o redator geralmente não consegue ver por estar familiarizado com o texto. Lemos (2017, p.39-40) ressalta que:

todo o profissional de revisão precisa encarar os fatores de construção de um texto como uma questão básica, inicial, para seu trabalho, pois é o revisor quem auxilia o autor nesses e nos demais aspectos que surgem como consequências da escrita.

Ao tratar sobre as etapas na produção de um texto, d’Almeida (2017), citando Meurer (1997), aborda sobre o polimento do texto. Segundo a autora, o polimento do texto, ou seja, seu aprimoramento deve ser realizado pelo próprio autor, em qualquer circunstância. Porém, dependendo do grau de complexidade da escrita, o autor pode solicitar que sua obra seja revisada por um profissional que detenha conhecimentos mais específicos da língua. Por essa ótica, mesmo que o texto não passe pelo olhar de um revisor profissional, é necessário que ele seja lido e relido. Assim, como argumenta d’Almeida (2017, p.58), “o autor deve estar capacitado a reler o próprio texto e constatar se de fato conseguiu explicitar as suas ideias do modo que pretendia, além de identificar as falhas e os pontos que podem ser melhorados”.

A autora também defende que quanto mais leituras forem feitas no texto, inclusive por outra pessoa, será melhor, pois elas contribuem para aperfeiçoar a sua forma final. Ainda que dado autor tenha pleno conhecimento sobre um tema e esteja com a ideia daquilo que deseja transmitir bastante clara, ao escrever, pode não se fazer entender de modo compreensivo. Ser compreendido por meio de recursos linguísticos disponíveis parece uma tarefa simples, mas, na verdade, é bastante complexa.

#### **2.4 Perspectiva psicológica: a leitura subjacente à compreensão textual e os efeitos sobre a revisão de textos**

Antes de fazer alterações em um texto, seja referente a seu conteúdo ou a sua forma, o revisor tem de lê-lo e compreendê-lo. Assim, antes de assumir o papel de revisor, ele se porta como leitor, como alguém que precisa compreender uma obra nunca lida antes, de modo que possa extrair as ideias que o autor queria escrever. É nesse processo que se encontra o cerne da revisão de textos. É importante que o revisor possa apreender as intenções do autor para que não mude o sentido do texto, nem o modifique desnecessariamente e, principalmente, não interfira no estilo de escrita do autor. Afinal, o modo como o autor escreve é a sua essência, sendo ele profissional ou não.

À vista disso, embora tenha uma prerrogativa de autonomia para fazer alterações em um texto, o revisor também pode confirmar seus entendimentos sobre o texto lido, diretamente, com o seu autor. Tal possibilidade não é dada ao leitor, posteriormente à publicação e veiculação do texto. Em síntese, é na relação autor/revisor que todas as falhas de escrita devem ser sanadas, a fim de que o leitor efetivo possa compreender o texto.

Como a revisão de textos é mediada pela leitura, não podemos falar em compreensão de textos, sem mencionar a complexidade envolvida na ação de ler. A leitura implica diversos processos cognitivos, tais como a identificação de letras e o reconhecimento de palavras. Segundo Rodrigues *et al.* (2002), produzir e compreender textos são atividades que envolvem a resolução de problemas e, por isso, demandam habilidades diferentes. Os autores argumentam que, para produzir um texto, precisamos traduzir nossos conhecimentos em palavras. Já para ler um texto, temos de traduzir as palavras em sentido.

É por meio da leitura que ocorre a interação entre quem produz (autor/falante) e quem recebe o texto (leitor/ouvinte), ler é, então, construir significado a partir do que é lido. A compreensão do texto, portanto, é processo e produto da interação entre revisor e texto revisado. Porém, antes de entender o sentido de um texto, seu leitor precisa identificar os operadores linguísticos nele presentes, extrair o significado de cada parte da estrutura textual, relacioná-las umas com as outras e, ainda, com as informações contidas fora

do texto, pelo conhecimento de mundo do leitor. Ou seja, a compreensão global de um texto demanda a habilidade específica da leitura e um conjunto de outras capacidades, tais como a atenção, o uso da memória de trabalho e o conhecimento lexical e gramatical da língua.

Alguns dos processos básicos da leitura são: a decodificação de símbolos linguísticos, a aquisição de vocabulário e a memória (KINTSCH, 1998; KINTSCH; VAN DIJK, 1978). Sendo assim, a leitura envolve duas atividades cognitivas: o reconhecimento de palavras e as habilidades de compreensão leitora (CUNHA; CAPELLINI, 2012).

A primeira delas trata-se da decodificação da escrita, ou seja, de ser alfabetizado. Todavia, o domínio da decodificação de palavras não, necessariamente, conduz o leitor à compreensão do texto. Compreender significa atribuir significado a partir do que se lê. Em uma perspectiva psicológica, a competência leitora depende de fatores que podem favorecer ou não a rápida percepção do que está escrito. Cunha e Capellini (2012), citando Morais (1996), abordam a relação entre a compreensão leitora e o automatismo no reconhecimento de palavras. Os autores argumentam que:

Quanto mais rápida é a identificação de uma palavra, maior a capacidade da memória de trabalho consagrada às operações de análise sintática, de integração semântica dos constituintes da frase e de integração das frases na organização textual, as quais são processos importantes para a compreensão da leitura. (CUNHA; CAPELLINI, 2012, p.800)

A leitura é uma habilidade que, como qualquer outra, deve ser adquirida, desenvolvida e aprimorada. Desse modo, recorreremos ao modelo de leitura hábil com a teoria cognitiva da dupla rota (SNOWLING, 2013), pela qual, a leitura pode ocorrer de duas maneiras: através da rota lexical ou da rota fonológica.

A rota fonológica diz respeito ao acesso indireto ao significado das palavras, à decodificação do grafema/fonema, em que a leitura de palavras é realizada a partir dos conhecimentos fonológicos do leitor. Por essa via, podem ser lidas palavras existentes na língua ou não, uma vez que o leitor transforma as unidades ortográficas em fonemas. Já pela rota lexical, o acesso ao significado da palavra ocorre de forma direta, uma vez que o processo de decodificar palavras já foi vencido. Ao visualizar a palavra escrita, ativa-se o

léxico mental. Diversas palavras conhecidas são armazenadas nesse depósito, e agrupadas conforme o seu significado. Ou seja, o leitor que domina tanto a rota lexical quando a fonológica terá mais facilidade na busca por palavras sinônimas. Além disso, o reconhecimento de palavras que são utilizadas com frequência na língua acontece rapidamente na via de leitura lexical, já que essas são facilmente recuperáveis pela via de acesso direto.

Como afirma Dehaene (2012, p.55-56), “a maior parte dos modelos psicológicos contemporâneos está de acordo, assim, em pensar que a leitura proficiente e fluente resulta de uma coordenação estreita entre as duas vias de leitura”. Nesse sentido, as palavras são rapidamente identificadas quando o leitor domina os dois processos de leitura, quando é um leitor hábil. “A leitura hábil é considerada resultado da aquisição de representações ortográficas de palavras escritas pela exposição repetida a essas palavras durante a aquisição da leitura” (SNOWLING, 2013, p.293-294).

Posto que o reconhecimento rápido e preciso de palavras está interligado à frequência com que essas são visualizadas em sua forma ortográfica, podemos inferir que um leitor hábil é aquele que está mais voltado à prática de leitura recorrente.

A experiência com a leitura é de fundamental importância, pois o leitor com vasta bagagem de leituras tem conhecimento acumulado sobre a organização dos textos em geral, devido ao hábito de ler. Essa experiência, por sua vez, auxilia na interpretação e compreensão de outros textos (KOCH; TRAVAGLIA, 2009). Nesse sentido, podemos supor que realizar a tarefa de revisar textos com certa frequência consiste em um meio eficaz de desenvolver de modo competente a habilidade de identificar incorreções em um texto.

A exposição frequente à ortografia das palavras leva o leitor a reconhecê-las mais rápida e precisamente. Com isso, a tendência é de que ele desenvolva uma sensibilidade para identificar facilmente as eventuais grafias incorretas das palavras, ou seja, detectar as que não correspondem à forma ortográfica socialmente convencionada e normatizada pela gramática tradicional. Por essa ótica, a prática de revisar frequentemente também faz com que o sujeito revisor desenvolva, a cada tarefa executada, um pouco mais sua habilidade de olhar criticamente para um texto, buscando encontrar falhas de modo geral. Ser um leitor hábil, ou seja, reconhecer rapidamente as

palavras, é uma característica que pode ser estendida a outros tipos de reconhecimentos durante a leitura do texto, não apenas no âmbito lexical, mas também em relação à estrutura do texto, ao seu estilo e à mensagem que se pretende veicular com ele. A prática de leitura recorrente, em conjunto com a atividade de revisão também frequente faz com que o revisor domine essa atividade, visto que interliga dois importantes fatores para o melhor desenvolvimento do exercício de revisar.

Isso significa que o revisor deve estar atento aos erros de ortografia e de acentuação, e quanto mais estiver envolvido com a leitura, seja para o trabalho ou para o lazer, menos esforço terá para fazê-lo. Porém, deve também procurar olhar para o texto como sendo uma unidade global, cujo sentido caminha sempre na mesma direção. O revisor precisa estar ciente de que tem a incumbência de fazer com que esse sentido seja expresso de modo que seja compreendido pelo leitor.

## **2.5 *Expertise*: o papel da experiência na prática profissional**

Nos dias atuais, o profissional experiente na sua área de atuação se destaca entre os demais colegas de profissão. Cabe ressaltar que nos referimos à experiência enquanto prática exclusiva de sua função, nesse caso, o ofício de revisar textos. Sabemos que muitas pessoas se dispõem a efetuar revisões em textos dos mais variados gêneros textuais e temáticas, ainda que essa não seja sua ocupação principal. Esse cenário social reforça a concepção errônea de que o revisor que domina os conhecimentos ortográficos e as formas de linguagem ditas corretas - conforme a norma padrão da língua portuguesa - possui conhecimento suficiente para revisar um texto.

A capacidade de *expertise*, assim denominada por Galvão (2001), sustenta a premissa de que um trabalho qualificado está associado à vasta experiência adquirida pelo profissional que o desempenha. O termo *expertise* pode ser traduzido, genericamente, como especialista, cujo significado é relativo às habilidades, aprimoradas pela prática, de executar determinadas tarefas. O autor destaca que o termo não tem significação própria e utiliza abordagens teóricas com respaldo em trabalhos da área como fonte para significá-lo. De acordo com essas contribuições, tal capacidade é desenvolvida

pelo sujeito que se dedica ao estudo pertinente à sua função, a fim de desempenhá-la com excelência.

Ainda que sejam significativos os avanços na área de revisão, a ideia a respeito dessa função prevalece sendo a de que o profissional se limita a corrigir inadequações na superfície do texto. Os níveis de conhecimento ortográfico e gramatical concernentes ao revisor são, de fato, de extrema importância para a identificação de falhas no plano superficial do texto. Porém, o domínio de tais saberes não é sinônimo de aptidão para a função de revisar, “não excluindo a correção de erros do trabalho de revisão textual, mas tomando que não é pura e simplesmente o objetivo deste profissional” (GUEDES, 2013, p.7). Não pretendemos, com isso, dizer que uma revisão mais profunda ignora os aspectos de superfície, mas destacar que outros conhecimentos se fazem necessários à atividade de revisar textos. Nesse sentido, d’Almeida (2017, p.61) aponta que:

Esse nível de conhecimento da língua normalmente só é plenamente atingido por um profissional com formação em Letras que, além de conhecer bem a ortografia e as regras gramaticais, detém profundos conhecimentos sobre os processos de formação de textos, bem como das publicações para consulta mais idôneas, confiáveis, recentes e atualizadas.

Para Ericsson e Pool (2017, p.81), “os experts veem a floresta quando todos os outros veem apenas as árvores”. Uma atuação experiente, não só para a função de revisar textos, como também para outros ofícios, constitui um fator de qualificação, uma vez que atividades executadas com mais frequência, tendem a tornar quem as desenvolve, mais apto a lidar com suas peculiaridades. Desse modo, é cabível vincular a melhor capacidade de revisar textos ao profissional cujo trabalho é executado diariamente ou, pelo menos, com regularidade.

A *expertise*, aplicada à revisão textual, pode ser observada na maior habilidade do revisor experiente em identificar os problemas presentes em uma construção textual. É esperado que a função de revisor seja desempenhada com competência. Em outras palavras, um bom profissional de revisão, além de identificar o maior número possível de elementos inadequados em um texto, deve ser capaz de modificá-los, sem prejudicar o sentido original pretendido pelo autor. O revisor deve intervir tanto no nível local/superficial do texto (nas

inadequações de digitação - no caso de o documento estar em formato virtual -, de ortografia e de acentuação), quanto no nível global (nas inadequações de concordância, incoerência e ausência de coesão).

Nesse sentido, Leite e Magalhães (2014) destacam que, apesar das expectativas acerca da função do revisor, esse profissional ainda tem dificuldade para encontrar aporte teórico específico sobre os fazeres de sua profissão, o que ajudaria no desenvolvimento de seu ofício. Os autores trazem à discussão o parecer do editor Martins Filho, citado no referido contexto, dizendo que o êxito profissional provém, principalmente, da experiência, ainda que a formação na área de Língua Portuguesa seja igualmente importante. A respeito dessa questão, vale destacar que, mesmo imerso regularmente nessa prática, “durante a revisão de um texto, o revisor está sujeito a falhas, até mesmo porque essa atividade é bastante minuciosa e exige alto grau de atenção e concentração” (LEITE; MAGALHÃES, 2014, p.226).

Contudo, o contato frequente com textos dos mais variados gêneros e temáticas, bem como com a reflexão sobre as diferentes inadequações encontradas durante o processo de revisão, influencia diretamente a *performance* do revisor. Para Ericsson e Pool (2007), citado por Leite e Magalhães (2014), a um profissional é essencial ter experiência de, no mínimo, dez anos para se tornar um *expert* na maioria das atividades. O profissional que deseja atingir o nível, em termos relativos, de *expert*, e ser identificado como tal, ou seja, se sobressair entre os demais que praticam o mesmo ofício, deve apropriar-se da função como sua ocupação principal e exercê-la com bastante frequência. Essa questão é importante, pois é somente na prática efetiva de revisão que o profissional se depara com diversos problemas de escrita e com inúmeras possibilidades de alterar um texto, passando a integrá-los a seus conhecimentos em revisão já adquiridos.

Essas afirmações podem ser corroboradas por muitos teóricos da área, entre os quais, citamos d’Almeida (2017, p.70), a fim de enfatizar que “para desempenhar um bom trabalho, o revisor deve manter-se a par das publicações mais recentes e atualizadas de gramáticas, dicionários e de todos os assuntos ligados aos estudos da língua e da linguagem”. Faz-se necessário, ao exercício da função, estar atualizado quanto às alterações a respeito da língua, de modo abrangente. Também é fundamental estar em contato direto



com a revisão de textos escritos, pois durante o processo de construção textual podem surgir variados problemas, os quais são identificados, posteriormente, caso o texto seja submetido à revisão. Certamente, as teorias que tratam da atividade de revisar não abrangem todos os possíveis problemas que podem surgir em um texto, uma vez que ele não é totalmente previsível. d'Almeida (2017, p. 21-22) postula que:

[...] para realizar uma boa revisão de um texto, não basta conhecer bem as regras gramaticais, consultando sempre que necessário mais de uma gramática, tampouco dominar a grafia correta das palavras, bem como as mais variadas acepções que podem assumir, recorrendo-se também aos melhores dicionários. O trabalho do revisor vai mais além e somente a prática é capaz de demonstrar esse fato.

Ericsson e Pool (2017), com base em uma investigação minuciosa de pessoas que se destacam como *experts* em suas áreas de atuação, defendem que a habilidade que elas possuem, sendo excepcionais naquilo que fazem, não decorre unicamente de um dom natural e biológico, mas, principalmente, do quanto se dedicam às suas atuações.

Existem algumas tarefas que quase todo mundo, numa dada sociedade, num dado momento da história, pode realizar pela simples condição de ser um adulto possuidor de competências convencionais da vida comum do dia-a-dia, como, por exemplo, ser capaz de discar um número de telefone ou de guiar um carro, e há outras que só podem ser realizadas após um breve treinamento ou instrução. Há outras ainda que exigem ou um extenso treinamento, ou experiência ou ambos e, neste caso, os realizadores são verdadeiros especialistas com competência e conhecimento – isto é, com *expertise*, que é distintamente deles e não faz parte da competência normal dos adultos em geral. (FREIDSON, 1998, p. 200)

A partir disso, podemos concluir que a dedicação leva à habilidade, ao aprimoramento do conhecimento, ou seja, daquilo que sabemos sobre determinada atividade. Não quer dizer que não possamos aprender a fazer algo que não conhecemos, mas, que, para tanto, precisamos praticar.

Ericsson e Pool (2017) colocam que algumas pessoas são mais *experts* do que outras, na medida em que são mais ou menos capazes de desempenhar determinada tarefa. Para eles, essa capacidade está atrelada às representações mentais que fazemos constantemente. Nas palavras de Ericsson e Pool (2017, p.76), “uma representação mental é uma estrutura mental que corresponde a um objeto, uma ideia, um conjunto de informações, ou qualquer outra coisa, concreta ou abstrata, sobre a qual o cérebro está pensando”.

Em outras palavras, as representações mentais formam um padrão de informações relativas a um determinado campo de conhecimento e ficam armazenadas na memória de longo prazo. Todos nós formamos representações mentais, sem as quais não poderíamos sequer compreender as palavras. Todavia, raramente aprendemos mais do que é necessário para sobreviver, ou seja, para desempenhar as tarefas diárias que, de modo geral, se tornam automáticas. Entendemos, portanto, que se não desenvolvermos nossas representações mentais acerca de determinada área, não faremos mais do que o suficiente para executar as atividades a ela relacionadas. Se na nossa mente, a representação mental da atividade de revisar estiver formada no sentido de fazer correções de ortografia e/ou de pontuação somente, por exemplo, quando formos revisar, dificilmente notaremos a presença de problemas presentes em outros níveis, já que estaremos focados nesses itens.

Isso significa que as representações mentais podem ser desenvolvidas para que dominemos especificamente determinada atividade. Para isso, a prática é imprescindível, afinal, é por meio dela que aprendemos a lidar com a resolução de diferentes problemas. Ericsson e Pool (2017, p.79) dizem que:

O que coloca os atores *experts* num patamar que está além do patamar de todas as outras pessoas é a qualidade e a quantidade de suas representações mentais. Durante anos de prática, eles desenvolveram representações altamente complexas e sofisticadas de várias situações suscetíveis de serem encontradas em seus campos – tal como o vasto número de arranjos de peças de xadrez que podem aparecer durante os jogos. Essas representações lhes permitem tomar decisões mais rápidas e mais acuradas e responder mais rápida e efetivamente a uma dada situação. Isso, acima de qualquer outro fator, explica a diferença de desempenho entre novatos e *experts*.

Todos nós, *experts* ou não, se formos capazes de identificar palavras, também seremos capazes de revisar um texto. Não seremos, porém, se esse texto estiver escrito em uma língua que não conhecemos, ou não dominamos. Desse modo, não reconheceremos as palavras, ou nossa capacidade de conectar as ideias expressas no texto será limitada. Por não termos representações mentais dos códigos linguísticos de uma língua desconhecida, sequer conseguiremos ultrapassar a linha da leitura do texto.

Antes de revisar, precisamos decifrar a informação contida no texto. Nesse sentido, Ericsson e Pool (2017) ressaltam que, apesar de sermos

plenamente capazes de vencer a etapa da leitura, algumas pessoas são mais *experts* do que outras para compreender e assimilar as informações. Segundo eles, “isso tem relação com o quanto suas representações mentais lhes permitem superar as limitações da memória de curto prazo e reter o que está lendo” (p.84).

No campo da revisão de textos, é perfeitamente possível que algumas pessoas tenham mais habilidade do que outras no desempenho dessa tarefa. Além disso, é provável que os sujeitos dotados de certa habilidade inata se motivem ainda mais à exercitá-la, de modo a atingir um nível de conhecimento e técnica superior àqueles que não o fazem. Há muita especificidade no ato de revisar que, se não for praticada e estudada, dificilmente se manifestará espontaneamente no momento da revisão.

No campo de representações mentais, Ericsson e Pool (2017) também falam em planejamento, que seria formar uma representação mental daquilo que tem de ser feito, antes de fazê-lo, com o intuito de visualizar mentalmente a melhor forma de agir. A ideia é que, dessa forma, sejamos capazes de definir melhor os passos que deverão ser dados no sentido da ação. Os autores defendem, ainda, que essa habilidade se desenvolve apenas com a experiência. Oliveira (2016, p.44) também discorre sobre isso em relação à revisão de textos ao dizer que:

Não basta o conhecimento das regras da gramática tradicional, pois estas representam uma norma: a 'norma culta' – apenas uma dentre tantas outras normas que circulam nas diversas esferas da atividade humana –, que não responde a vários questionamentos detectados pelo revisor relacionados com o querer-dizer do autor, os lapsos de memória, as falhas de escritura, entre outros aspectos que só um profissional com certa experiência pode identificar.

Em outras palavras, a atividade de revisão não se limita a corrigir deslizes que fogem das regras gramaticais. Além disso, entendemos que mesmo para quem a atividade de escrita e de leitura é um hábito, é inevitável incorrer em alguns erros. Nem sempre conseguimos exprimir em um texto as informações claras e precisas, sem despertar dúvidas a quem o lê.

Mesmo após o texto passar por mais de uma revisão e, até mesmo, pela revisão de pessoas diferentes, seus leitores ainda podem ter dificuldade de absorver exatamente aquilo que foi pensado no momento de produção do texto, devido às questões relacionadas ao próprio conhecimento teórico, de

mundo e também às habilidades do leitor. Ainda assim, é tarefa do revisor minimizar as possibilidades de que isso aconteça, fazendo o possível para tornar compreensível a mensagem que o autor pretende comunicar.

Podemos dizer que a maior experiência exerce papel importante na atividade de qualquer profissional. Ao revisor profissional, os anos de prática e de estudo propiciam a capacidade de olhar por diferentes ângulos, em relação ao texto sob o qual atua, se comparado a profissionais sem formação ou com pouca experiência. Embora a experiência profissional não exima o revisor de cometer enganos, isto é, de falhar nas suas revisões, a recorrência dessa prática no seu dia a dia torna-o gradualmente mais competente, uma vez que, assim, ele adquire conhecimentos específicos decorrentes da sua atuação.

### 3 Método

A pesquisa realizada neste trabalho foi norteadada por uma análise qualitativa e exploratória. Qualitativa devido a pouca quantidade de dados representativos do fenômeno em estudo, e exploratória pelo fato de haver pouco aporte teórico sobre a experiência profissional em revisão de textos, com abordagem na teoria da *expertise*. Objetivamos criar maior familiaridade com o estudo e, para isso, tivemos como embasamento teórico obras do âmbito da Linguística Textual como as de Koch (2010); da Psicologia Cognitiva com as de Kintsch e Van Dijk (1978); da Revisão de Textos com as de d'Almeida (2017) e da *Expertise*, com Ericsson e Pool (2017).

O interesse por essa investigação surgiu devido à constatação, nos meios acadêmico e profissional, de que o trabalho de revisar um texto é compreendido por muitas pessoas como sendo uma ação simples de ser realizada. Após quatro anos de formação em Letras, com habilitação em Redação e Revisão de Textos, e um ano e meio exercendo a atividade de redigir e revisar, percebemos o quão delicado é lidar com a escrita de outrem. É tênue a linha que delimita o ponto em que o texto não deve ser modificado, e também é crucial que se tenha um olhar preciso para realizar uma revisão adequada. Além disso, acreditamos que uma perspectiva psicológica, relacionada à atividade de revisão, enriqueceria nossa análise, uma vez que, ao revisar, ativamos processos psicológicos que permitem codificar e compreender o que está sendo lido.

Por essas razões, tivemos como ação inicial a busca por leituras que fundamentam a revisão de textos, a atividade de ler por um viés psicológico e a experiência profissional, de maneira ampla. Esse embasamento teórico nos permitiu seguir com a hipótese que sustentou esta pesquisa: a de que o conhecimento específico no ofício está atrelado a uma boa revisão textual. Com isso, partimos à busca de um texto com problemas de diversos tipos para que pudéssemos utilizá-lo para averiguar se há ou não correlação entre a experiência e um texto bem revisado. Foi encontrado no Núcleo de Revisão de Textos do Centro de Letras e Comunicação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), o qual se destina à revisão gratuita de textos da comunidade em geral. Tendo em vista que, embora adequado ao que pretendíamos, o texto

não apresentava vários dos problemas que esperávamos encontrar, alguns deles foram construídos no texto selecionado (ver anexo 1).

Ao todo, há 15 tipos de desvios no texto que deveriam ser observados pelos participantes do grupo de revisores profissionais e do grupo de não profissionais, a saber: pontuação, acentuação, emprego da crase, concordância verbal e nominal, transitividade verbal, ortografia, conjugação verbal, linguagem coloquial, repetição lexical, emprego do verbo haver e redundância, falha de digitação, falta de conjunção verbal, expressões mal empregadas, emprego equivocado de elemento catafórico e coerência e sentido.

Assim, fizemos um estudo piloto com quatro pessoas, com a finalidade de testar e avaliar os instrumentos e procedimentos adotados para a pesquisa, a fim de aprimorá-los. Por meio deste, identificamos três informantes considerados modelos ideais, conforme os objetivos estabelecidos para esta investigação. Além desses três, convidamos a participar voluntariamente da pesquisa mais três pessoas também consideradas modelos ideais, somando um total de seis voluntários.

Três desses são profissionais de redação e revisão de textos com experiência na área (formando o grupo de revisores mais experientes) e outros três profissionais do jornalismo, mas que também exercem a função de redigir e de revisar textos (grupo de revisores menos inexperientes). Inicialmente, o objetivo era trazer ao estudo um grupo de revisores experientes e um de revisores inexperientes na atividade de revisar. Entretanto, com o estudo piloto, averiguamos a existência de diferenças na maneira de revisar, entre essas duas categorias e, por isso, optamos por investigar se essas diferenças influenciam na qualidade final do texto revisado.

Via *e-mail*, enviamos o texto intitulado “A gratidão” (Anexo 1) para a revisão, solicitando aos participantes voluntários que fizessem os ajustes julgados necessários para a melhoria do texto. Solicitamos também que respondessem a um questionário (Anexo 2), cujas nove questões estão relacionadas ao processo de revisão de textos.

O texto escolhido é do tipo narrativo e sua temática não sofreu alterações, uma vez que mantivemos sua estrutura geral. Quanto ao questionário, destacamos que as questões foram elaboradas especificamente

para o desenvolvimento desta pesquisa. Buscamos, por meio delas, identificar dois aspectos principais sobre a prática de revisão: a relação do informante com a revisão de textos e de que maneira se dá sua atuação. Nas perguntas, também questionamos acerca da forma como a prática de revisar textos é desempenhada por cada participante.

Feito isso, e considerando as variáveis de formação e de experiência na área de revisão, comparamos os textos revisados pelos dois grupos que compõem esta pesquisa, a fim de identificar o desempenho de cada participante e, num sentido mais amplo, conferir a qualidade de revisão dos referidos grupos. Todos os problemas encontrados durante a análise das revisões foram categorizados de acordo com o tipo de desvio apresentado. Observamos também se os participantes usaram a ferramenta de *controle de alterações* do *Microsoft Word* para destacar os problemas. Esse instrumento costuma ser bastante utilizado pelos profissionais revisores de textos via digital. Esse recurso se mostra bastante útil para otimizar e facilitar o processo de revisão, pois é uma ferramenta que permite que todas as alterações efetuadas normalmente no texto fiquem registradas. Todas elas ficam realçadas com uma cor que pode ser escolhida pelo revisor, e os trechos excluídos ficam tachados. Após a revisão, as prováveis modificações mais simples podem ser aceitas ou rejeitadas pelo autor do texto. Essa ferramenta conta com uma função para abrir comentários nos pontos marcados pelo revisor. Este dizer fica com a assinatura do usuário responsável pela intervenção, e é exibido em um Painel de Revisão. Acreditamos que ela favorece o diálogo do revisor com o autor do texto, uma vez que é possível fazer observações ou questionamentos sem interferir no corpo do texto.

Na sequência, procedemos à análise das respostas obtidas com o questionário. Para analisar o corpus que constitui esta pesquisa e melhor organizar os dados, denominamos os participantes do grupo de revisores mais experientes como R1, R2 e R3; e os participantes do grupo de profissionais menos inexperientes como J1, J2 e J3.

## 4 Análise e discussão dos dados

As análises realizadas dividem-se em três partes, tendo em vista que investigamos dois grupos distintos. De início, identificamos e categorizamos todas as alterações efetuadas pelo grupo de revisores profissionais mais experientes (grupo 1) e também pelo grupo de profissionais menos inexperientes (grupo 2), com o intuito de verificar os tipos de alterações mais privilegiados e refletir sobre a atuação de cada participante. Em seguida, procedemos à análise das respostas dadas ao questionário por cada participante de ambos os grupos. Por fim, verificamos a acurácia das revisões efetuadas, com base na comparação entre as alterações realizadas pelos dois grupos de revisores. Nos tópicos seguintes, aprofundamos as reflexões iniciadas sobre a importância da revisão de textos, bem como acerca da atuação do revisor, a partir dos resultados obtidos.

### 4.1 Formação e experiência dos informantes

Em virtude do tema deste trabalho e das hipóteses construídas, consideramos pertinente mostrar a formação e o tempo de experiência profissional de cada informante. Vale salientar que seus nomes não foram expostos neste trabalho, em hipótese alguma, tendo em vista que, aos participantes, garantimos sigilo absoluto sobre suas informações pessoais e, ainda, tal informação não se mostra relevante para o presente estudo.

Os três primeiros informantes compõem o grupo de profissionais mais experientes (chamados de R1, R2 e R3); os três seguintes, o de menos inexperientes (chamados de J1, J2 e J3).

Quadro 1 – Formação e experiência dos informantes

Informantes Experientes	Formação	Tempo de atuação na área de revisão de textos
<b>R1</b>	Bacharelado em Letras – Tradução Português/Inglês	10 anos
<b>R2</b>	Bacharelado em Letras –	2 anos



	Redação e Revisão de Textos	
<b>R3</b>	Bacharelado em Letras – Redação e Revisão de Textos	3 anos
Informantes Menos Inexperientes	<b>Formação</b>	<b>Tempo de atuação na área de revisão de textos</b>
<b>J1</b>	Jornalismo	11 meses
<b>J2</b>	6º semestre de Jornalismo	1 ano e 7 meses
<b>J3</b>	8º semestre de Jornalismo	3 anos e meio

Fonte: autora desta pesquisa.

Com base no quadro, podemos notar que todos os informantes jornalistas também desempenham a atividade de revisar textos, embora não tenham formação em revisão de textos ou em outra habilitação do curso de Letras (como licenciatura ou tradução, por exemplo) os quais também são voltados para o trabalho com a gramática, com os gêneros textuais, com os aspectos estilísticos de um texto, enfim, com conteúdos relevantes e específicos para a função de revisar. Cabe ainda destacar que a grade curricular do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pelotas também contempla o ensino de língua portuguesa às práticas textuais e à leitura, além de ofertar a disciplina de Redação e Revisão do Texto Acadêmico, que também compõe o currículo do curso de Redação e Revisão de Textos, da Universidade Federal de Pelotas.

Ao analisar as revisões efetuadas pelos jornalistas que constituem o grupo de profissionais não formados para revisar, nosso intuito não é, de forma alguma, avaliar sua atuação na prática de revisar, seja como jornalistas ou como qualquer outra função que estes desempenhem no mercado de trabalho. Reconhecemos o importante papel social exercido por esse profissional.

Destacamos que nossa ideia inicial era formar um grupo de revisores não profissionais, com profissionais de áreas distintas. Porém, após a escolha dos informantes, constatamos que todos os selecionados eram jornalistas ou

estudantes em formação. Em vista disso, e por terem se disponibilizado prontamente para participar da pesquisa, resolvemos não eliminar ou alterar nenhum componente do grupo.

Salientamos a importância do trabalho exercido pelo profissional revisor de textos, bem como a relevância da prática nesse sentido, conforme apontado por d'Almeida (2017) na Fundamentação Teórica (ver página 12).

## **4.2 Análise das revisões efetuadas pelos dois grupos**

Para melhor visualizar os resultados obtidos na revisão, cada um dos 15 problemas foi analisado separadamente, e na ordem em que foram mencionados na seção metodológica.

### **a) Pontuação**

Na versão original do texto, havia 16 ocorrências de pontuação inadequada, ou ausência de pontuação. Do grupo de profissionais formados na área (experientes), R1 identificou 12; R2, seis e R3, oito. Do segundo grupo (menos experientes), J1 observou 9 ocorrências; J2 não identificou nenhum dos problemas de pontuação e J3, apenas dois deles, pois retirou uma vírgula indevida e inseriu um ponto final na última linha do texto.

Era esperado que na linha 7 e na linha 35, os revisores inserissem a abertura e o fechamento de aspas, respectivamente, já que o conteúdo de tal parte do texto consiste em um discurso direto. Dos profissionais do primeiro grupo, apenas R1 atentou-se para a ausência dessa pontuação. Esse problema também não foi identificado por nenhum dos três integrantes do segundo grupo. Na linha 9, a vírgula que deveria vir depois do substantivo *menino* foi identificada por todos os informantes do primeiro grupo (por R1, R2 e R3). Apenas J1 do segundo grupo percebeu a falta da vírgula. Na linha 3, os revisores deveriam inserir a vírgula depois de *vovô*, por se tratar de um vocativo. R1 e R2 o fizeram; R3, não. Mais uma vez, do segundo grupo, somente J1 adicionou a vírgula nesse ponto.

Outro problema de pontuação deveria ser observado nas linhas 21 e 22, em que o sujeito está separado do predicado por uma vírgula. Dessa vez, R2 e R3 o identificaram, mas R1, não. J2 e J3 mantiveram as duas vírgulas

desnecessárias. J1, por sua vez, apesar de retirar a primeira, manteve a segunda que também estava inadequada. Por fim, entre os dois grupos, apenas J3 pontuou o final da narrativa.

### **b) Acentuação**

Os problemas de acentuação do texto eram três, e estavam nas linhas 9 (*pôr*), 30 (*minima idéia*) e 36 (*o avó*). Todos eles foram revisados por R1, R2 e R3. No entanto, R3 acabou cometendo um engano, ao alterar a forma correta do verbo *fora* (linha 33), no pretérito mais-que-perfeito simples, para *fôra*. Provavelmente, a inserção do acento diferencial circunflexo ocorreu com o intuito de diferenciá-lo do advérbio que tem a mesma grafia. O equívoco também poderia ter sido motivado pelo comparativo com o verbo *poder*. A flexão do verbo na 3ª pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, indica que a ação está concluída e, portanto, demanda a marcação do acento circunflexo (*pôde*) para diferenciá-lo da forma na 3ª pessoa do singular do presente do indicativo (*pode*).

Além do mais, era esperado que os revisores interferissem nessa passagem, uma vez que, na sequência, o verbo *haver* também foi empregado no mesmo modo (*houvera*). Assim o fez R3, que retirou as formas *que fora* e *houvera*, e alterou a forma *lhe pedido* para *lhe pedira*. R2, apesar de haver cometido o equívoco, também transformou os verbos assim como fez R3. Por sua vez, R1 não fez qualquer alteração nesse sentido.

Em relação ao primeiro problema de acentuação, presente na linha 9, os três do segundo grupo o identificaram. Quanto ao segundo problema, na linha 30, J1 e J2 também corrigiram as palavras *minima* e *idéia*. J3 revisou somente a primeira palavra. Por último, na linha 36, J1 não percebeu a falta de concordância entre o artigo definido e o substantivo em *o avó*, mas J2 e J3, sim.

### **c) Emprego da crase**

Em relação ao emprego da crase, os erros estavam nas linhas 25 (*dirigiu-se a tesouraria*), 29 (*devia nada a instituição*) e 37 (*respondido a neta*). Era imprescindível que a fusão entre a preposição *a* com o artigo feminino, ocorridas nesses trechos, fosse demarcada pelo acento grave. R1, R2 e R3

identificaram o problema nas três ocorrências. J1 inseriu o acento apenas em *devia nada a instituição*. J2 e J3 não acentuaram nenhuma delas.

#### **d) Concordância verbal e nominal**

Na linha 7, apenas R1, entre os profissionais do primeiro grupo, identificou a falta de concordância verbal no trecho: “Em uma pequena localidade, *vivia* uma mulher e seu único filho”. Ninguém do segundo grupo apontou esse problema.

Na linha seguinte, havia outra falha na concordância verbal, no trecho: “Ela ficou muito doente e não tinha dinheiro para *comprarem* os remédios”. Todos os profissionais do primeiro grupo a identificaram, porém, R3 propôs uma forma diferente de solucioná-la, inserindo o pronome eles e concordando com o verbo *tinham* para se referir à mulher e ao filho, embora somente a mulher (ela) tenha sido referenciada na frase. R1 e R2 optaram por concordar o verbo *comprar* com o pronome *ela*.

Todos do segundo grupo resolveram o problema passando o verbo para o infinitivo.

Na linha 26, havia mais um problema de concordância verbal, no trecho: “informar-se o quanto *importava* os atendimentos extras”, o qual foi solucionado por todos os profissionais com formação e experiência em revisão. Já os revisores do segundo grupo não resolveram o problema.

Na linha 14, J1 deixou passar a palavra *cansada*, a qual deveria estar concordando com *menino*; J2 e J3 solucionaram o problema.

Na linha 32, há falha de concordância nominal no trecho “a conta dos serviços *extra*” e foi resolvida por todos do primeiro grupo. Nesse ponto, dos revisores do segundo grupo, somente J2 solucionou a questão.

#### **e) Transitividade verbal**

Quanto à transitividade verbal, era esperado que três erros fossem observados e corrigidos, nas linhas 10 (que pudesse o auxiliar), 23 (até *transferiu-lhe* para um quarto particular) e 26 (informar-se o quanto importava os atendimentos extras).

O primeiro caso foi revisado corretamente por R1 e R2; R3 o revisou incorretamente. Já o segundo caso foi revisado corretamente apenas por R3, e

não por R2 e R1. Quanto ao terceiro, todos os profissionais com conhecimento técnico em revisão o apontaram. R2 optou pela forma *informar-se do quanto importavam os atendimentos extras*, R3 pela forma *se informar do quanto importavam os atendimentos extras* e R1 preferiu a forma *informar-se sobre quanto custaram os atendimentos extras*.

Esses erros não foram identificados por J1, nem por J2. J3 não observou o primeiro nem o terceiro desvio, e parece ter se atentado para o segundo, no entanto, o revisou incorretamente, substituindo a forma *transferiu-lhe* por *transferindo-o*.

Na primeira situação, o problema é de ordem regencial. O verbo *auxiliar* é transitivo direto e exige um objeto direto, sem preposição. Do mesmo modo, o verbo *transferir* é transitivo direto, logo, não exige preposição. Uma vez que o *lhe* exerce função de objeto indireto, segundo a Gramática Tradicional, o correto seria seguir a mesma regra do caso anterior. No último caso, o verbo *informar* é bitransitivo. Nessa situação o verbo informa alguém (*informar-se*) sobre alguma coisa (*do/sobre quanto importavam*).

#### **f) Ortografia**

Os erros de ortografia apareciam nas linhas 3 (“vovo o que é gratidão?”) e 16 (o *bondo*zo homem não pensou duas vezes). Em relação ao primeiro, R3 não percebeu que *vovô* deveria estar com letra maiúscula, devido ao fato de ser uma citação entre aspas, precedida de dois pontos, mas identificou o segundo problema. Já R1 e R2 identificaram os dois erros ortográficos.

O erro presente na linha 3 também não foi percebido por nenhum dos profissionais do segundo grupo. Já o desvio da linha 16 não passou despercebido por nenhum dos componentes do segundo grupo.

#### **g) Tempos verbais**

Em relação aos desvios de conjugação verbal, o primeiro erro estava na linha 15 (*relatando* suas dificuldades). Note que o verbo está no gerúndio, denotando a ideia de continuidade da ação. Porém, por se tratar de uma narrativa, em que os fatos antecedem o relato, o correto seria conjugar o verbo no pretérito perfeito, a fim de destacar a finalização da ação. Assim o fizeram R1, R2 e R3. No entanto, J1, J2 e J3 não se atentaram a essa questão.

O segundo desvio estava na linha 30 (quem *poderia ser* o seu benfeitor). Da mesma forma, a utilização do verbo *ser* no infinitivo transmite a noção de que essa pessoa (benfeitor) ainda não fez a ação, o que não aconteceria se o verbo estivesse no particípio passado (ter sido). Nem os profissionais do segundo grupo, nem os do primeiro alteraram esse verbo.

A última ocorrência equivocada constava na linha 39 (*finaliza*, com a frase), em que o verbo *finalizar* é conjugado no tempo verbal presente, indicando, assim, que a ação ocorre no momento atual. Contudo, ainda que o emprego do tempo verbal possa se dar por razões estilísticas, convém observar que o verbo está empregado no pretérito no parágrafo anterior (o avó *imaginou* ter respondido a neta). Desse modo, há uma quebra de linearidade na narrativa. R1 e R3 passaram o verbo para o pretérito perfeito do indicativo, mas R2 não. J1 fez a mesma alteração que R1 e R3 fizeram; J2 não alterou e J3 passou o verbo para o gerúndio.

#### **h) Linguagem coloquial**

Por ser uma marca da oralidade, a expressão *dali a pouco* (linha 13) também deveria ser substituída no texto ou, ao menos, questionada pelos revisores, uma vez que a linguagem coloquial não é apropriada para determinados gêneros de textos. Assim sendo, ainda que a informalidade tenha sido empregada propositalmente pelo autor da escrita, caberia ao revisor apontá-la, a fim de verificar se não houve uma interferência indesejada da fala durante a produção do texto. Nesse sentido, R1 foi o único profissional do primeiro grupo que não interveio. Já R2, além de eliminar a expressão, também comentou a respeito, afirmando que a expressão é muito coloquial e característica da fala. J3 foi o único do segundo grupo que eliminou a expressão do texto.

Na sequência da frase (na linha 14), R2 e J3 optaram por substituir *depois de* por *após*, que, apesar de serem palavras sinônimas, e utilizadas indiscriminadamente na fala, são distintas gramaticalmente, sendo a primeira um advérbio de tempo, e a segunda uma preposição. Já R3 apenas eliminou a expressão coloquial e manteve o advérbio.

#### **i) Repetição de palavras**

Nenhum dos seis profissionais voluntários observou a repetição lexical presente na linha 5, logo no início do texto. A repetição de palavras é bastante comum no curso da escrita, mas, se não for um recurso estilístico, não contribui para a fluidez do texto. Portanto, convém substituir as palavras que se repetem com frequência, sobretudo, quando estiverem próximas, como é o caso supracitado.

#### **j) Emprego do verbo haver e redundância**

Na linha 34, havia, ao mesmo tempo, um problema relacionado ao emprego do verbo *haver* e um relacionado à redundância, na forma: *a anos atrás*. Ao fazer referência a um tempo decorrido, devemos utilizar o verbo *haver*, o qual indica tempo passado.

Desse modo, a forma correta seria *há anos*. Também podemos optar pela forma *anos atrás*, que, do mesmo modo, indica tempo passado. Nesse caso, portanto, fica dispensado o emprego do verbo *haver*, pois seria redundante, já que as duas palavras referem-se à passagem do tempo. Outra maneira de eliminar os riscos de ser redundante, ou equivocado, seria substituir *a anos atrás* por *no passado*.

R1 e R3 decidiram manter apenas *anos atrás*, solucionando, assim, ambos os problemas. Já R2 apenas transformou o *a* em *há*, mas não se atentou para a redundância. Entre os profissionais do segundo grupo, somente J3 revisou a passagem adequadamente, transformando-a em *anos atrás*. J1 e J2 se atentaram para o emprego do verbo *haver*, mas mantiveram o *atrás*, não desfazendo, assim, a redundância.

#### **k) Falha de digitação**

No texto, havia quatro falhas de digitação, as quais apareciam nas linhas 19 (idade avançada), 22 (atenção com o paciente), 29 (conta hospitalar) e 35 (querida mãozinha). Os três profissionais do primeiro grupo corrigiram todos os desvios. Do segundo grupo, J2 e J3 revisaram os três primeiros problemas, mas deixaram passar o erro presente na linha 35. J1, por sua vez, foi o único que resolveu todos os problemas.

#### **l) Falta de conjunção**

Nossa expectativa era de que os revisores notassem, na linha 35, a ausência de um elemento de coesão que pudesse ligar a sentença “Em uma pequena localidade, vivia uma mulher e seu único filho.” à sentença “Ela ficou muito doente e não tinha dinheiro (...)”.

Durante a leitura, é esperado que a narrativa informe em que momento determinado fato ocorreu. Entretanto, nenhum dos seis profissionais voluntários alterou esse trecho. Além desse, na linha 18, também era esperado uma intervenção que unisse as duas primeiras frases ou que as separasse por definitivo. Nesse sentido, caberia inserir um ponto final depois da primeira frase ou manter a vírgula entre elas, mas adicionar um elemento de conjunção, com ideia de adição. Foi o que R1 e J3 fizeram ao inserir a conjunção coordenativa aditiva e. Já R2, R3, J1 e J2 mantiveram a forma original.

#### **m) Expressões mal empregadas**

Outro ponto que necessitava de intervenção era a sentença “Os tempos se passaram”, na linha 18. Não é possível quantificar o tempo, mas sim os anos. Portanto, estaria correto dizer que *o tempo passou* ou que *os anos passaram*. R1, R2 e R3 optaram pela primeira forma; J3 optou pela segunda e os outros dois não modificaram a sentença.

Na linha 15, observamos o pronome relativo precedido de preposição *em que* sendo erroneamente utilizado. A substituição dessa forma pelo pronome relativo *cujo* resolveria o problema, visto que o pronome indica posse e concordaria com o ser ao qual se refere. Assim fizeram R1 e R2, mas R3 preferiu encerrar a frase e iniciar outra. Nenhum dos componentes do segundo grupo identificou o problema, pelo menos, não apontaram mudanças.

Na linha 24, havia o uso do advérbio *melhor* em vez da expressão *mais bem*. Nesse caso de verbo no particípio passado é mais adequado utilizar a forma *mais bem*, uma vez que o *mais* se refere à *bem acomodado*. Portanto, não é sinônimo de melhor. Dos seis revisores, somente R1 fez a alteração necessária.

#### **n) Emprego equivocado de elemento catafórico**



Por fim, na última linha da narrativa, o pronome demonstrativo *isto* está funcionando como elemento anafórico, ou seja, retomando tudo o que foi exposto anteriormente.

Os elementos anafóricos fazem referência a termos antecedentes. É por meio da anáfora, portanto, que estabelecemos uma relação coesiva de referência para que possamos retomar toda(s) a(s) ideia(s) anteriormente expressa(s) no texto. O pronome demonstrativo responsável por estabelecer a relação coesiva de antecedência deveria ser o *isso*. Já o pronome demonstrativo *isto* deve ser utilizado para fazer referência a um termo ou ideia posterior, que virá adiante. Esse mecanismo linguístico é responsável por estabelecer a conectividade entre os referentes textuais, ou seja, estabelecer a coesão textual.

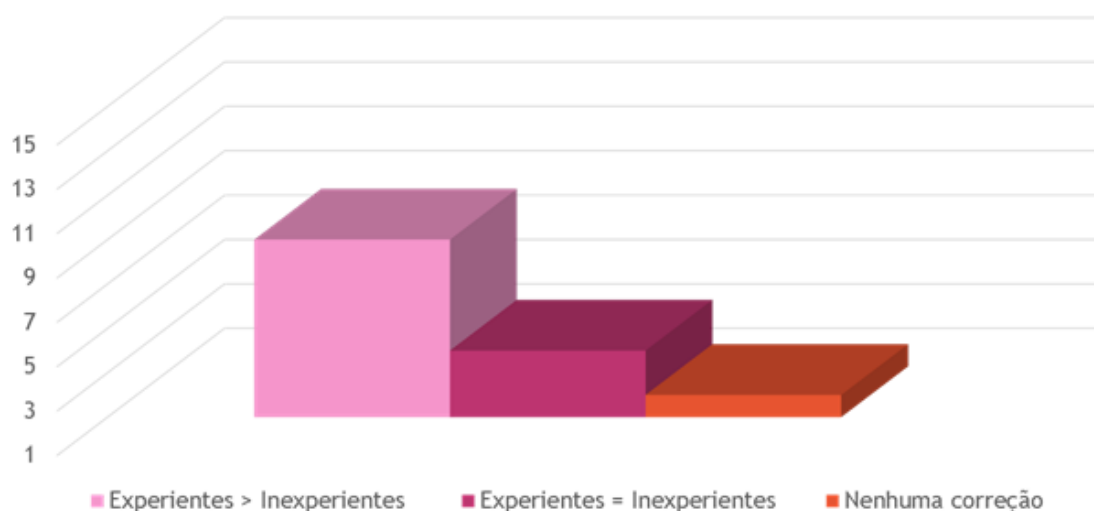
Esse equívoco foi percebido e resolvido pelos três revisores do primeiro grupo, mas não foi pelos revisores do segundo.

#### **o) Coerência e sentido**

Em meio a todos esses problemas, havia um cuja probabilidade de ser identificado nas primeiras leituras era baixa, arriscamos dizer. No primeiro momento em que o autor fez menção à medicação que deveria ser comprada (nas linhas 8 e 9), ele se refere a ela como *remédios prescritos*, ou seja, como sendo mais de um. Quando volta a se referir aos medicamentos, retoma a ideia com *o valor do medicamento*, na linha 13. Na sequência, (na linha 17), também faz menção a um único remédio, pontuando que o menino necessitava de dinheiro para *comprar o remédio*. Nenhum dos seis revisores notou a falta de coerência entre essas partes do texto.

Para a melhor visualização das diferenças existentes entre as revisões, apresentamos o gráfico comparativo de revisão entre os dois grupos.

Figura 1 – Comparativo de revisão entre os grupos de revisores



Fonte: autora desta pesquisa.

Como mencionado na seção metodológica, também era nosso objetivo observar se os informantes fazem uso da ferramenta de *controle de alterações* do Word. Constatamos que todos os revisores do primeiro grupo acionaram o *controle de alterações* para efetuar a revisão do texto, mas somente R2 aproveitou essa ferramenta para dialogar com o autor do texto, deixando quatro balões de comentários, com questionamentos e sugestões. Em um deles, inclusive, R2 fez uma sugestão sobre a escrita e a estética do texto, ponderando que tal questão deveria ser discutida com o autor do texto. Ao tomar a decisão de não intervir no texto sem antes conversar com quem o escreveu, o revisor seguiu a orientação dada por Passos e Santos (s/d), quando dizem que o revisor deve avaliar se o que está sendo expresso no texto é o que, de fato, seu autor quis escrever.

Quanto aos revisores do segundo grupo, apenas J2 usou a ferramenta. Ele utilizou os balões de comentários<sup>1</sup> para apontar a forma ortográfica correta das palavras por ele identificadas como incorretas, mas em nenhum dos

<sup>1</sup> O Microsoft Word (processador de texto) exibe os comentários – que podem ser observações ou anotações –, feitos pelo autor ou revisor de um texto, em um balão na margem do documento ou no painel de revisão.

comentários fez outras sugestões ou perguntas sobre o texto e/ou a intenção do autor.

Chamou nossa atenção o fato de J3 ter perguntado, antes de efetuar a revisão, se poderia intervir apenas na pontuação do texto. Além disso, em cada espaço em que J3 retirou uma vírgula do texto, ele abriu parênteses para passar essa informação ao autor, destacando da seguinte maneira: “(aqui tirei a vírgula)”. Ao longo do texto, J3 fez isso 10 vezes e, além disso, em quase todos os casos, a vírgula era necessária, ou seja, não deveria ser removida.

Observamos também em relação à revisão de J3 que a contração *numa*, ocorrida nas linhas 15 e 21, foi alterada pela forma *em uma*. R2 fez o mesmo nas duas passagens do texto.

Esta forma é resultante da combinação da preposição *em* com o artigo indefinido *uma*. No entanto, ainda é considerada por muitos como sendo característica da informalidade da língua, isto é, como inapropriada na escrita. Parece-nos mesmo que a informalidade é indesejada em qualquer texto. No entanto, o uso de determinada forma pode estar relacionado à intenção do autor e/ou aos propósitos do texto. A questão, portanto, é que, ao fazer essa mudança, corremos o risco de interferir no estilo de escrita do autor. É importante, nesse sentido, que o revisor esteja atento aos limites de sua revisão, até mesmo para evitar uma possível tensão com quem escreveu o texto e o confiou ao trabalho do revisor.

Ainda outros pontos de intervenções feitas por J3 merecem destaque. É o caso da alteração no trecho “O bondoso homem não pensou duas vezes e alcançou ao menino a importância de que necessitava para comprar o remédio” (na linha 17). Nesse caso, J3 decidiu retirar o termo importância e, para isso, teve de alterar o verbo *necessitava*. Por algum motivo, ele também optou por continuar a frase na voz passiva analítica. Ao fazê-lo, deixou de concordar o verbo comprar com o objeto remédios, formando a seguinte frase: “O bondoso homem não pensou duas vezes e alcançou ao menino o necessário para que fosse comprado os remédios”. Enfim, desqualificou o dizer ao fazer essa alteração.

### **4.3 Respostas ao questionário: prática de revisão pelos dois grupos**

No questionário enviado aos revisores (Anexo 2), perguntamos se o participante desempenha a função de revisar textos, pois era fundamental para os propósitos desta pesquisa que todos eles tivessem contato com a prática de revisar. Em seguida, nas perguntas dois e três indagamos há quanto tempo revisam e se essa é sua ocupação principal.

A pergunta quatro focava no tempo que o participante dedica à revisão de textos. Na questão cinco, perguntamos se ele realiza os ajustes necessários conforme avança na primeira leitura do texto ou se faz uma leitura geral do texto antes de iniciar a revisão. Com a pergunta seis, queríamos saber se ele retorna ou não ao texto revisado, e, com a sete, qual é o primeiro aspecto que revisa em um texto.

As perguntas oito e nove foram direcionadas para a interlocução dos revisores com o autor do texto, portanto, na pergunta oito questionamos se ele entra em contato com o autor para sugerir alterações ou se apenas intervém no que considera necessário. Na nove, indagamos se o profissional acata ou não as eventuais decisões do autor.

O revisor R1 afirmou que desempenha a função de revisar textos há 10 anos, sendo essa a sua ocupação principal. R2 e R3 disseram que essa não é sua ocupação principal, mas que a desempenham há 2 e 3 anos, respectivamente. Portanto, entre os três revisores do grupo de profissionais mais experientes, R1 é o que trabalha com revisão há mais tempo e mais regularmente.

Entre os profissionais com menos experiência, todos afirmaram que, apesar de desempenharem a função, essa não é sua ocupação principal. J1 afirmou que revisa há 11 meses. J2 respondeu o seguinte: “Sim, reviso os textos que chegam para postagens no site institucional do meu local de trabalho. Todos são conteúdos jornalísticos referentes aos envolvidos na instituição. Olha, desde que comecei a fazer estágio, na verdade. Porque sempre trabalhei com texto. Comecei em abril de 2017 e reviso até hoje”. J3 também respondeu à pergunta comentando: “Desde que ingressei no curso de Jornalismo há três anos e meio”.

Quanto aos procedimentos de intervenção, R1, R3, J1 e J3 informaram que realizam os ajustes no texto, conforme avançam na primeira leitura. Já R2 e J2 fazem uma leitura geral do texto antes de iniciar a revisão.

Sobre o tempo que dedica à revisão, R1 disse que trabalha 40h por semana e, normalmente, revisa por volta de 200 páginas por mês, mas salientou que o número de páginas revisadas varia.

R2 disse que revisa, em média, 5 horas por semana ou 100 páginas por mês. Em resposta a mesma pergunta, R3 comentou: “Os números de horas e páginas variam bastante, uma vez que a frequência com que realizo revisões é bastante variável, lembrando que há meses em que não presto serviços dessa natureza. Uma média poderia ser 6 horas semanais e algo em torno de 70 páginas por mês”.

Entre os profissionais menos experientes, J1 disse: “Semanalmente eu dedico para a revisão de textos, em média, 10 horas. Por mês, em torno de 20 páginas, podendo variar de acordo com o mês”. J2 não soube calcular o tempo exato, mas afirmou que revisa “Em média, de uma a duas matérias por dia com mais ou menos 4 parágrafos”. Segundo J3: “25h semanais, no mínimo, devido a escrita do tcc. A revisão mensal varia de acordo com as páginas escritas”. Ao responder essa pergunta, J3 também revelou que a sua prática de revisão está voltada para a escrita do seu trabalho de conclusão de curso.

Em relação a retornar ao texto após ter completado a revisão, R1 comentou: “Em algumas ocasiões, sim. Isso depende da qualidade do texto observada na primeira leitura.” R2, J1 e J3 disseram apenas que sim, sem justificar suas respostas. R3 disse que retorna, no mínimo, uma vez. E J2 respondeu que: “Sim, após a revisão e publicação, leio atentamente para caso ainda haja erros, possa corrigí-los”.

Quando questionado sobre o primeiro aspecto que revisa em um texto, R1 disse que privilegia a formatação, mas, nesse sentido, fez o seguinte comentário: “Não acho que exista um ordenamento de aspectos, e sim uma sequência textual que apresenta diferentes aspectos (em ordem imprevisível) a serem revisados. Se eu tiver de escolher uma das opções acima, ficarei com formatação (mas nem sempre isso acontece em minhas revisões)”. R3 também informou que primeiro revisa a formatação do texto. Já R2 prefere revisar o aspecto semântico em primeiro lugar. J1 disse que revisa primeiro a estrutura do texto. J2 informou em que ordem privilegia a revisão dos aspectos. Para ele, a ortografia deve ser o primeiro aspecto revisado, depois a estrutura do texto e,

na sequência, a formatação. J3 busca resolver primeiro os problemas ortográficos.

Com relação às perguntas oito e nove, a resposta quase foi unânime. Os três profissionais do grupo de revisores mais experientes, J1 e J3 disseram que se comunicam com o autor do texto para sugerir alterações e responderam que acatam as decisões do autor, mesmo sem concordar, mas que, antes, mostram alternativas a ele com vistas a fundamentar sua revisão. J2 também afirmou que acata as decisões do autor, embora tenha dito na pergunta anterior que apenas faz as correções necessárias.

#### **4.4 Conclusão: reflexões acerca dos dados obtidos**

O desenvolvimento deste estudo foi sustentado pela hipótese de que a experiência profissional e o conhecimento técnico via formação específica na área, adquiridos pelo revisor de textos, estariam relacionados à capacidade de revisar melhor um texto, atentando para problemas presentes além da superfície textual (ortografia, acentuação, erro de digitação).

Verificamos, a partir da análise, que a atividade efetuada pelos dois grupos foi mais voltada para a correção do que para a revisão propriamente dita. Cabe apontar que *corrigir* e *revisar* tratam-se de duas atividades distintas, ainda que os termos sejam utilizados como sinônimos. Nós, profissionais de redação e revisão de textos em formação, somos instruídos a privilegiar a atividade de revisar, isto é, a olhar para o texto com um olhar crítico, respeitando a autoria e pretensões do autor. Assim, o ideal é que eliminemos os erros crassos do texto. Porém, quanto a questões mais profundas, envolvendo, principalmente, o sentido do texto e o estilo de quem o escreveu, o ideal é que façamos apontamentos, sugestões de adequação, questionamentos ao autor, antes de fazer alguma alteração. Na maioria das vezes, o estilo de escrita de cada autor é bastante diferente. Isso significa que qualquer alteração, por mínima que seja, pode interferir demasiadamente no texto e deixar marcas perceptíveis de alteração nesse estilo.

Certamente, há casos em que é solicitado ao revisor que faça as alterações conforme desejar, mas, a princípio, espera-se que o revisor explique os motivos pelos quais sugere determinada alteração no texto.

Nesse sentido, do primeiro grupo de revisores, R2 se mostrou o mais preocupado em explicar o porquê de ter decidido alterar alguns pontos e, na maioria das vezes, manteve a forma original, destacando em vermelho e abrindo um comentário de explicação para sugerir sua reformulação. Em um comentário, R2 disse que não modificou a ordem das palavras em dado trecho para não arriscar uma interferência inadequada no texto.

Por outro lado, R1 e R3 não deixaram nenhum comentário, sugestão de alteração ou explicação. No entanto, das alterações que foram feitas por eles, nenhuma modificou o sentido do texto, até mesmo porque tanto R1, R3 quanto R2 pontuaram adequadamente o texto, deixando passar poucos sinais de pontuação.

O uso adequado dos sinais de pontuação pode evitar ambiguidades e incompreensões na leitura que prejudicariam a construção de sentido global do que está sendo lido.

Ainda, em relação à pontuação, o grupo de profissionais menos experientes demonstrou menos domínio. Conforme mencionado na primeira seção de análise, J2, por exemplo, não identificou nenhuma das ocorrências. E J3 apenas duas delas. J1, por outro lado, observou nove de 16 ocorrências.

Já as revisões efetuadas pelo primeiro grupo foram mais eficientes em resolver os problemas de acentuação e, principalmente, os de emprego da crase. Esse grupo também se destacou ao observar quase todas as falhas de concordância verbal e nominal, ao passo que, do segundo grupo, somente um integrante solucionou um único erro.

Quanto aos desvios de conjugação verbal, vemos a revisão do primeiro grupo como parcialmente superior a do segundo. Embora os três informantes do primeiro grupo tenham notado um desvio, enquanto nenhum dos três do segundo grupo notou, em outra passagem, uma falha de mesma natureza não foi revisada por nenhum dos dois grupos.

Seguindo o texto, um problema desse tipo foi solucionado por dois revisores do primeiro grupo e por um do segundo. Nos demais desvios do texto, os dois grupos falharam em alguns momentos.

Como mencionado na introdução desta seção, nossa hipótese era a de que uma boa revisão depende do tempo de atuação do revisor, isto é, da experiência profissional. Com base nas respostas dadas ao questionário sobre

o tempo dedicado à revisão em número de horas semanais, ou de páginas, averiguamos que esse é um fator preponderante para revisar bem um texto.

Para discorrer sobre isso, informamos que comparamos as revisões também dentro do próprio grupo. Consideramos que, no grupo de profissionais menos experientes, J1 foi quem conseguiu resolver o maior número de problemas, sem cometer equívocos. J2 também não cometeu equívocos na sua revisão, mas não foi capaz de detectar vários dos problemas de pontuação detectados por J1. A revisão de J3, a nosso ver, foi a que menos atendeu às expectativas, pois, além de diversos problemas não terem sido observados, foram retirados sinais de pontuação que estavam bem empregados.

Apesar de J1 ter dito que revisa somente há 11 meses, enquanto J2 revisa há um ano e sete meses, e J3 há três anos e meio, ele é quem passa mais tempo revisando semanalmente: em média, 10 horas por semana e em torno de 20 páginas por mês. O fato de J1 ter se destacado nas revisões – ainda que tenha menos tempo de atuação do que os outros revisores do seu grupo – aponta para a confirmação das teorias da *expertise*, as quais defendem que as atividades executadas com regularidade tendem a tornar quem as desenvolve mais capacitado a lidar com suas especificidades. Portanto, a maior capacidade de revisar pode estar atrelada à quantidade de tempo que J1 dispensa à atuação na área, fator destacado por Ericsson e Pool (2017) como necessário para o profissional atingir o nível de *expert*.

J2 revisa uma matéria com mais ou menos quatro parágrafos por dia, o que, ao final de um mês, se aproxima do número de páginas revisadas por J1. Quanto à J3, que disse fazer revisões desde o início da graduação, ficamos em dúvida se essa prática estaria ou não relacionada apenas às suas atividades acadêmicas. Essa dúvida foi reforçada quando J3 disse que revisa 25h por semana, devido à escrita do trabalho de conclusão de curso, e que há variação desse número conforme as páginas escritas. Portanto, supomos que J3 não atua revisando textos escritos por outras pessoas, como é o caso de J1 e de J2. Em caso positivo, podemos dizer que J3 não faz revisões enquanto leitor externo, assumindo a posição exotópica discutida por Oliveira (2016), visto que revisa os conteúdos produzidos por si próprio. Além disso, essa questão explicaria o fato de a revisão efetuada por J3 ter sido a que menos atendeu às expectativas e a que apresentou a maior quantidade de equívocos.



Entre os profissionais mais experientes, verificamos poucas diferenças no que diz respeito às revisões efetuadas, apesar de um deles ter 10 anos de atuação na área, enquanto os outros dois revisam há dois e três anos. Em relação ao tempo dedicado à revisão, R3, inclusive, declarou que não presta serviços de revisão de textos todos os meses. Ainda assim, fez uma ótima revisão, o que reforça a hipótese de que o conhecimento técnico adquirido pela formação específica na área de revisão de textos é um fator importante para que um texto seja bem revisado.

Como foi possível notar, o grupo de profissionais mais experientes não detectou todos os problemas no texto e, inclusive, deixou passar alguns bem importantes. Ainda assim, os revisores desse grupo conseguiram identificar e, além disso, solucionar um maior número de problemas do que os revisores do outro grupo. Desse modo, percebemos que esse grupo levou em consideração o argumento de Oliveira (2016) sobre a necessidade de o revisor, além de identificar os problemas de um texto, também solucioná-los.

J1 foi o único do segundo grupo que apenas fez as correções, sem deixar nenhuma marcação. Com isso, sua revisão ficou sem marcas de alteração, e, portanto, não é possível saber o que foi alterado se não compararmos o texto original com o revisado. A respeito da revisão de J2, apontamos o fato de ele ter utilizado os balões de comentários para corrigir somente os erros ortográficos, quando poderia eliminar a palavra ou a letra incorreta e inserir a forma correta com o *controle de alterações* ativado.

Perante o exposto, a respeito de nossa hipótese, constatamos que é possível que o conhecimento técnico, ou seja, o conhecimento específico em revisão de textos exerça, sim, influência na qualidade da revisão efetuada.

Em vista desses apontamentos e de nossa hipótese de que o grupo de profissionais sem formação específica teria menos condições de identificar problemas que ultrapassam a superfície do texto, consideramos que ela foi confirmada, visto que as revisões efetuadas por esse grupo se detiveram na correção de ortografia e de acentuação. Nem mesmo o único problema de digitação foi revisado por todos eles.

Cabe lembrar que J3 reforçou o pensamento de que a intervenção no texto não deveria ir além da modificação de pontuação. É possível, ainda, supor que J1 e J2 também têm a mesma ideia, uma vez que não modificaram outros

equivocos no texto. Isso reforça o exposto sobre como as pessoas veem a tarefa de revisar um texto, e num sentido mais profundo, sobre como enxergam a função do revisor de textos.

## 5 Considerações finais

A presente pesquisa se propôs a averiguar se a formação específica em revisão de textos exerce influência na qualidade de um texto após passar por essa prática. Além disso, tínhamos como propósito principal enfatizar a importância do trabalho desempenhado pelo revisor de textos, que, ainda hoje, não tem sua função reconhecida no mercado de trabalho, embora realize uma etapa fundamental na produção de um texto claro e preciso, ou seja, um bom texto que atenda aos propósitos de sua função social.

Constatamos, a partir da análise dos resultados obtidos, que tanto a experiência quanto a formação profissional no campo da revisão não eximem esse profissional de falhar em dados momentos. Chegamos a essa conclusão, principalmente, com base na revisão de R1, que revisa textos já há 10 anos, ou seja, tem experiência, mas não se atentou para alguns significativos problemas no texto, como a expressão coloquial *dali a pouco*, presente na linha 13. Cabe lembrar que o revisor R1 tem formação em Letras, mas com habilitação em Tradução, não em Revisão de textos.

Com menos tempo de jornada de revisão, mas formação profissional em redação e revisão de textos, R2 e R3 também não foram excepcionais em suas revisões.

Com este estudo, confirmamos que nenhum revisor faz revisões perfeitas. No entanto, essa realidade já era esperada, afinal, a maioria das referências bibliográficas sobre a revisão de textos é categórica ao destacar que o revisor é humano, portanto, tem dúvidas e também comete erros. Leite e Magalhães (2014) também enfatizam que o revisor está sujeito a falhar, pois revisar um texto é uma atividade bastante minuciosa.

Porém, devido à metodologia empregada na coleta dos dados desta pesquisa, não tivemos acesso ao processo de revisão em si, ou seja, não sabemos como cada um dos revisores voluntários realizou a atividade, se surgiram dúvidas e se fizeram pesquisas para saná-las.

Acreditávamos que uma das características da revisão de um revisor profissional seria adotar a prática de fazer uma leitura geral do texto antes de efetuar os ajustes necessários. Esperávamos que essa hipótese fosse confirmada pelas respostas dadas à pergunta cinco do questionário. No

entanto, somente R2 do primeiro grupo correspondeu as nossas expectativas. Assim, a hipótese não se confirmou em relação a esse aspecto. Em contrapartida, pensávamos que os profissionais menos experientes marcariam a primeira das cinco opções de resposta da pergunta sete, indicando a preferência por iniciar resolvendo os erros de ortografia no texto antes de qualquer outro ajuste. Podemos dizer que essa suposição se confirmou parcialmente, visto que J1 foi o único que disse privilegiar inicialmente a revisão da formatação.

Quanto aos tipos de problemas existentes no texto a ser revisado, salientamos que os menos solucionados por ambos os grupos foram os referentes à concordância verbal e nominal e à transitividade do verbo. Por outro lado, os desvios mais observados, tanto pelo grupo um quanto pelo grupo dois, foram os de acentuação e de ortografia. Com relação à pontuação, elemento importante à clareza de um texto, é pertinente apontar que a revisão efetuada pelo segundo grupo foi consideravelmente menos satisfatória do que pelos revisores com formação específica em Letras.

Constatamos, ainda, a ausência de uniformidade de padronização profissional ao efetuar a revisão. Três dos revisores utilizaram o *controle de alterações* do *Word*, dois deles optaram por fazer marcações em vermelho ao apontar os erros e um deles não fez uso de nenhuma ferramenta ou sinal de revisão, apenas corrigindo o texto. Em síntese, confirmamos a expectativa de que os profissionais de Letras fariam uso dessa ferramenta.

Concluimos nossas considerações, afirmando que os resultados obtidos e a conclusão a que chegamos é a de que o profissional revisor de textos com formação na área também pode falhar, mas seu trabalho é fundamental à clareza dos textos, principalmente no caso dos profissionais que se empenham em realizar boas revisões.

Há muitos revisores no mercado, inseridos em diversos cenários de redação, os quais lutam diariamente para ter seu ofício valorizado e, muitas vezes, são apagados por uma falsa consciência coletiva de que qualquer pessoa é capaz de revisar qualquer texto, ou de que um bom redator pode fazer uma boa revisão do seu próprio texto.

É dever de todos nós que desempenhamos essa função e sentimos os reflexos da sua desvalorização, promover o conhecimento das especificidades

que constituem a atividade de revisar textos, destacando, assim, não só a importância do revisor, como também a de uma comunicação clara e objetiva. Afinal, a vida em sociedade depende muito dos textos que circulam, visto que é por meio deles que se constrói conhecimento e se promove a informação.

## Referências

- COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão: critérios para revisão textual**. 3ª edição. Brasília: SENAC, 2013.
- CUNHA, Vera Lúcia Orlandi; SILVA, Cláudia da; CAPELLINI, Simone Aparecida. Correlação entre habilidades básicas de leitura e compreensão de leitura. **Estudos de Psicologia**, 29 (Supl.). Campinas, p. 799-807, out./dez., 2012.
- D'ALMEIDA, Mônica. **A revisão do texto: parte integrante do processo de produção textual**. São Paulo: Sorteccei, 2017.
- DEHAENE, Stanislas. **Os neurônios da leitura: como a ciência explica a nossa capacidade de ler**. Tradução: Leonor Scliar-Cabral. Porto Alegre: Penso, 2012.
- ERICSSON, Anders; POOL, Robert. **Direto ao ponto: os segredos da nova ciência da expertise**. Tradução: Cristina Antunes. 1.ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2017.
- FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 11.ed. São Paulo: Ática, 2009.
- FREIDSON, Eliot. **Renascimento do Profissionalismo: Teoria, Profecia e Política**. Tradução: Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.
- GALVÃO, Afonso. Pesquisa sobre expertise: perspectivas e limitações. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, 2001. v.9, n.3, p. 223–237.
- GUEDES, Leticia Figueiredo. **Revisão de textos: conceituação, o papel do revisor textual e perspectivas do profissional do texto**. 2013. 13 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Português) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- KINTSCH, Walter. **Comprehension: a paradigm for cognition**. New York: Cambridge University Press, 1998.
- KINTSCH, Walter; VAN DIJK, Teun A. Toward a model of text comprehension and production. **Psychology Review**, p. 363-394, 1978.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 19. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **A coesão textual**. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

LEMOS, Mayara Espíndola. **Fundamentos à prática de revisão de textos**. Porto Alegre: Metamorfose, 2017.

LEITE, Délia Ribeiro; MAGALHÃES, José Olimpo de. A proficiência de revisores de textos profissionais em uma tarefa de detecção de erros. **Letrônica**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 225-249, jan./jun., 2014.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. **Gêneros textuais e ensino**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de. **Revisão de textos: da prática à teoria**. Natal: EDUFRN, 2016.

ORLANDI, Juliane Mattei. **O processo de revisão de textos: alteração, sugestão e paráfrase**. 2014. 66f. Monografia (Bacharelado em Letras – Redação e Revisão de Textos) - Centro de Letras e Comunicação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

PASSOS, João Augusto de Oliveira; SANTOS, Maria Lino dos. **Leituras, revisão textual e o revisor**. Disponível em: <http://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/07/LEITURAS-REVISAO-TEXTUAL-E-O-REVISOR.pdf>. Acesso em: 07 de julho de 2018.

RITONDALE, Claudionor Aparecido. **Revisão de texto: elementos para profissionais**. São Paulo: Clube de autores, 2012.

ROCHA, Max Silva da; SILVA, Maria Margarete de Paiva. A linguística textual e a construção do texto: um estudo sobre os fatores de textualidade. **A cor das Letras** (UEFS), v. 18, p. 26-44, 2017.

RODRIGUES, Amariles Alves; DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges; ROAZZI, Antonio. Raciocínio lógico na compreensão de texto. **Estudos de Psicologia**, Pernambuco, v. 7, n. 1, p. 117-132, 2002.

SNOWLING, Margaret. HULME, Charles. **A ciência da Leitura**. Porto Alegre: Penso, 2013.

## **Anexos**



## Anexo 1 – Texto a ser revisado

1           Como de costume, Clarinha, que acabara de chegar da escola, correu  
2 para os braços de seu avô, nesse dia, com uma pergunta da lição para casa:  
3 “vovô o que é gratidão?”

4           O avô surpreendido com a indagação, não soube de imediato respondê-  
5 la, mas pensou que o melhor seria dar um exemplo para explicar melhor o  
6 assunto, contando da seguinte história:

7           Em uma pequena localidade, vivia uma mulher e seu único filho. Ela  
8 ficou muito doente e não tinha dinheiro para comprarem os remédios  
9 prescritos. O menino vendo o sofrimento da mãe, decidiu procurar pôr alguém  
10 que pudesse o auxiliar.

11           Miguel era o nome do menino, estava triste com a situação e decidira-se  
12 a encontrar uma solução para o sofrimento de sua estimada mãe. Andou por  
13 vários locais da cidade, solicitando o valor do medicamento. Dali a pouco,  
14 depois de várias tentativas sem resultado, já cansada de tanto caminhar,  
15 entrou numa pequena fruteira, em que o dono se chamava Sr. João, relatando  
16 suas dificuldades. O bondoso homem não pensou duas vezes e alcançou ao  
17 menino a importância de que necessitava para comprar o remédio.

18           Os tempos se passaram, o proprietário da fruteira, já com idade  
19 avançada, precisou de internação hospitalar para tratar de uma enfermidade  
20 que lhe acometera. O Sr. João não tinha plano de saúde, por isso foi atendido  
21 pelo sistema de saúde público, sendo alojado numa enfermaria. O médico, que  
22 lhe prestava assistência, tinha uma especial atenção com o paciente recém-  
23 chegado, e até transferiu-lhe para um quarto particular, para que o enfermo e  
24 seus familiares ficassem melhor acomodados.

25           No dia da alta hospitalar, o Sr. João dirigiu-se a tesouraria do hospital,  
26 para informar-se o quanto importava os atendimentos extras que recebera,  
27 apesar de possuir poucas posses, queria pagar pelo serviço, de preferência em  
28 leves prestações. A funcionária que o atendera revelou que ele não devia nada  
29 a instituição, e que a conta hospitalar já havia sido paga. O bondoso homem,  
30 sem ter a mínima idéia de quem poderia ser o seu benfeitor, agradeceu, assim  
31 mesmo, a benevolência do anônimo.

32           O que o Sr. João não ficou sabendo é que a conta dos serviços extra  
33 tinha sido paga pelo diretor do hospital e seu médico, Dr. Miguel, que fora  
34 aquele menino que lhe houvera pedido dinheiro a anos atrás, para comprar o  
35 medicamento que salvaria sua querida mãozinha.

36           Com esse exemplo de agradecimento do médico, o avô imaginou ter  
37 respondido a neta, dizendo que sempre devemos ser gratos por aqueles que  
38 nos ajudam.

39           E finaliza, com a frase: “isto é gratidão, Clarinha, minha neta!”

**Anexo 2 – Questionário a ser respondido****MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS****CENTRO DE LETRAS E COMUNICAÇÃO****Curso de Bacharelado em Letras – Redação e Revisão de Texto****Aluna: Bianca Tavares Klasen**

Este questionário tem por objetivo a coleta de dados sobre a prática de revisão de textos para a produção do Trabalho de Conclusão de Curso “A importância da experiência profissional ao revisor de textos” da acadêmica BIANCA TAVARES KLASSEN, regularmente matriculada sob o nº 14201584, no curso de LETRAS – REDAÇÃO E REVISÃO DE TEXTOS da Universidade Federal de Pelotas. Esclarecemos que as respostas obtidas serão divulgadas anonimamente, não sendo necessário, por isso, a sua identificação.

**Não existem respostas certas ou erradas. Responda as perguntas, espontaneamente, considerando o modo como você geralmente é ou age.**

- 1) Você desempenha a função de revisar textos? ( ) Sim ( ) Não
- 2) Se sim, há quanto tempo?
- 3) A revisão de textos é sua ocupação principal? ( ) Sim ( ) Não
- 4) Sendo ou não sua ocupação principal, informe o número de horas semanais que, em média, você dedica à revisão textual e a média do número de páginas que você revisa por mês.
- 5) Quanto aos procedimentos de ajustes, assinale o modo como predominantemente você intervém no texto:
  - a. ( ) Realiza os ajustes necessários conforme avança na primeira leitura
  - b. ( ) Faz uma leitura geral do texto antes de iniciar a revisão
- 6) Você retorna ao texto revisado após ter completado a revisão?
- 7) Qual é o primeiro aspecto que você revisa em um texto?

ortográfico  semântico  sintático  estrutural  formatação

8) Você se comunica com o autor do texto para sugerir alterações, ou apenas intervém no que considera necessário?

Sim  Não

9) Considerando que você se comunica com o autor do texto para sugerir alterações, você costuma acatar eventuais decisões do autor das quais você discorda?

Sim, sem discutir com o autor

Sim, mas primeiro busco fundamentar minha revisão e mostrar alternativas

Não acato a decisão do autor